

SENHORES MINISTROS,  
O RESULTADO DA  
SONDAGEM ENCOMEN-  
DADA PELO GOVERNO  
É O SEGUINTE:

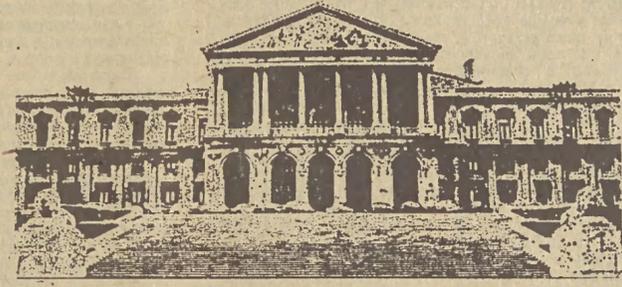
1

ECONOMIA À  
BEIRA DA BANCARROTA  
PERCA DE INDEPENDÊNCIA  
NACIONAL, TAXA DE DESEM-  
PREGO INCOMPORTÁVEL,  
INFLAÇÃO GALOPANTE,  
FALÊNCIAS EM CADEIA  
FOME, MILHARES FAMÍ-  
LIAS SEM HABITAÇÃO...

2

3

REVISÃO  
CONSTITUCIONAL



PS/MÁRIO SOARES  
CONTINUA  
O FRETE À «AD»

Editorial: pág. 2  
Comentário das sessões da AR: pág. 3



FESTAS  
DO PARTIDO  
FESTAS  
DE ABRIL  
PÁGINAS CENTRAIS

Suplemento / *Avante!*

Vila Real de Santo António



Guerra nuclear... e depois?

As nacionalizadas na mira da «AD»

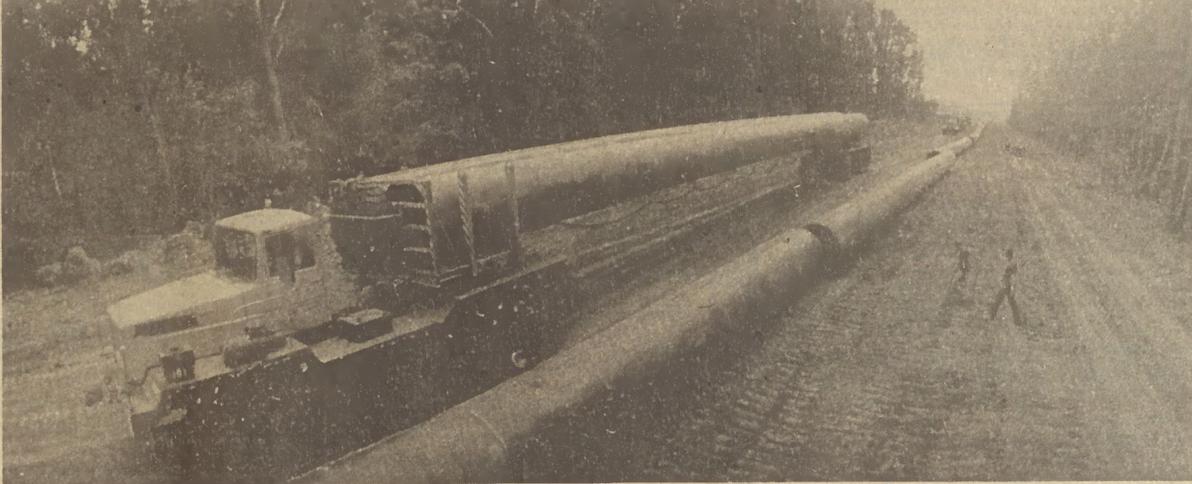


**Poder local  
tipo «AD»**

Lisboa, Porto, Penacova,  
o desgoverno «AD» é a  
tónica de autarquias com  
maioria de direita

Pág. 7

- **A situação económica do País agrava-se: intervenção de Octávio Teixeira na Assembleia da República - Pág. 3**
- **Governo intensifica ofensiva contra empresas nacionalizadas:**
  - o caso da EDP pág. 6
  - o caso da CTM suplemento
  - o caso da ANOP; nota da SIP do PCP pág. 3



**O gasoduto  
de que Reagan tem medo**

Pag. 8

# SEMANA

21

Quarta-feira

Representantes dos trabalhadores da Anop entregam na Presidência da República documentação relativa à situação da agência e solicitam uma audiência ao PR; entretanto, o secretário do Estado para a comunicação social, José Alfaia, afirma que "se desenha claramente o interesse dos órgãos de comunicação social na formação de uma nova agência noticiosa". O PS divulga um comunicado criticando as posições do CR quanto ao processo seguido para a sua extinção. O Provedor de Justiça revela que está a estudar o processo dos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto e que poderá vir a propor medidas contra os "excessos eventualmente cometidos". O chanceler Helmut Schmidt, da RFA, afirma que a Europa ocidental não pode aceitar a política dos Estados Unidos no que se refere ao gaseoduto soviético. Os governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde assinam dois protocolos de acordos para o desbloqueamento do contencioso económico entre os dois países.

22

Quinta-feira



Metalgúricos em greve

AR o envolvimento do governo "AD" na criação de uma agência de notícias privada, destinada a destruir a Anop. Os trabalhadores metalgúricos paralisam durante quatro horas, a nível nacional, em luta pela revisão do Contrato Colectivo de Trabalho. A aviação israelita volta a atacar bairros de habitação em Beirute e no vale de Bekaa, num "aviso" de que o governo sionista não está disposto a esperar muito mais tempo pela conclusão de negociações sobre o futuro do Líbano e dos palestinianos. O chanceler austríaco Bruno Kreisky considera que a política de Reagan para com a Polónia e os países socialistas é "ultrajante", e pode ter "consequências desastrosas". A marcha da Paz, que partiu da Finlândia, chega a Moscovo.

23

Sexta-feira



Outro desabamento

Dois mortos e quatro feridos é o lamentável saldo do desabamento de um prédio em Lisboa; a Câmara, alertada há meses para a instabilidade que estava a ser provocada pela demolição do prédio ao lado, considerava que "não havia perigo", como chegou a afirmar Krus Abecasis. Assassinado um contrato para a criação de uma agência privada de notícias, entre nove empresas públicas e doze privadas, destinada a consumir a liquidação da Anop. Adolfo Suarez anuncia a sua demissão da UCD espanhola, partido que fundou há cinco anos, e a intenção de formar uma nova organização política. Os EUA agravam as suas relações com a Europa capitalista ao rejeitarem a última proposta da CEE sobre as exportações do aço, que visava reduzir 10 por cento das exportações para os Estados Unidos em troca do levantamento das barreiras aduaneiras consideradas excessivas.

24

Sábado

A União dos Sindicatos do Porto divulga um comunicado saudando "a grande vitória dos trabalhadores do serviço de transportes colectivos do Porto, obtida após 23 paralisações". As confederações dos Agricultores, da Indústria e do Comércio anunciam a decisão de solicitar "conjuntamente e com carácter de urgência" audiências à AD, ao PS e ao Primeiro-Ministro, para reclamar a "alteração radical do sistema económico definido pela Constituição". O Irão afirma aceitar favoravelmente os esforços do governo argelino para servir de mediador no conflito Irão-Iraque. Neofascistas reivindicam a responsabilidade do assassinato por espantamento de dois monges italianos. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE reúnem de emergência, em Bruxelas, para estudar uma resposta comum às pesadas taxas de importação americanas impostas ao aço europeu.

25

Domingo



Marcha da Paz

O chefe de Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos, afirma no Porto que o exército "deve manter-se à margem de toda e qualquer querela política, de todo e qualquer apelo à intervenção". É divulgado um comunicado da Comissão Nacional do PS em que se manifesta satisfação pelos "resultados alcançados pela Assembleia da República em matéria de revisão constitucional" e se ataca violentamente o PR, o CR e o PCP. Toma posse o novo presidente da Índia, Zail Singh. O governo italiano anuncia que cumprirá os contratos com a União Soviética respeitantes à construção do gaseoduto que ligará a Sibéria à Europa ocidental, rejeitando desta forma oficialmente o embargo que os EUA pretendem impor. O presidente do Comité Soviético da Paz afirma aos pacifistas escandinavos que marcharam até Moscovo que é uma "perigosa loucura" esperar "pela vitória numa guerra nuclear". A OLP reconhece todas as resoluções da ONU sobre o conflito do Médio Oriente.

26

Segunda-feira

É divulgada uma entrevista com Ramalho Eanes em que o PR admite poder vir a "actuar antes da revisão estar terminada", caso não sejam respeitados "os limites impostos pela actual Constituição". Vitor Crespo comenta os resultados da reunião de militares realizada sábado em Porto de Mós, afirmando que o "espírito do MFA continua bem vivo nas Forças Armadas"; os 120 militares que participaram na reunião concluíram entretanto, segundo a Anop, que não se deve aceitar "o fascismo, o autoritarismo, a ditadura, o golpismo e a utilização das Forças Armadas como instrumento opressor do Povo português". A administração norte-americana e o governo de Begin recusam responder à iniciativa de Yasser Arafat de reconhecer as resoluções das Nações Unidas sobre a questão palestiniana.

27

Terça-feira

Pezarat Correia, membro do CR, afirma que a conclusão a tirar da reunião de Porto de Mós é a de que "os homens do MFA exigem" que o CR leve até ao fim os compromissos que não são apenas dele, CR, mas de todo o MFA. O governo português, informa a Anop, está disposto a aceitar limitações quantitativas às exportações de têxteis para a CEE. As tropas sionistas lançam um ataque sem precedentes sobre Beirute, provocando centenas de mortos e um sem número de feridos. A reunião preparatória da cimeira da OUA que devia ter começado em Trípoli é adiada por tempo indeterminado, por falta de quorum. Indira Gandhi parte para Nova York em visita oficial aos Estados Unidos.

## Editorial

# OS FACTOS E AS IDEIAS

Os últimos dias da vida portuguesa trouxeram à realidade política um conjunto de factos - novos uns, renovados outros, velhos ainda outros - que necessariamente têm de ser reflectidos. Possuem riqueza e significados bem úteis à clarificação de ideias e projectos.

Do que sucedeu na Assembleia da República (dissolução do CR, liquidação da responsabilidade política do governo perante o Presidente da República, constituição do Tribunal Constitucional, etc.) e do que quotidianamente se verifica no País, três ideias parecem definitivamente evidentes.

A primeira é a de que têm inteira razão os que vêm a alertar para os perigos da revisão feita pela «AD» com o apoio do PS/Mário Soares. Não é legítimo esperar que o mais incrédulo, o mais desatento ou o mais indiferente dos portugueses se possa ainda colocar dúvidas sobre o que efectivamente se pretende com a destruição do texto constitucional de 1976 - e muito menos de que é de destruição que efectivamente se trata.

A «AD» e o PS/Mário Soares têm sido de exuberante clareza em toda a linha: quanto ao fundo, quanto à forma e mesmo quanto a objectivos. Que o objectivo da revisão constitucional era inteliramente subverter o regime saído do 25 de Abril está agora claríssimo: claro porque os preceitos constitucionais foram alterados, modificados e destruídos, claro porque «AD» e PS/Mário Soares não se cobriram sequer de o fazer de forma ostensiva, achincalhante, contra os que defendem o 25 de Abril. Já haviam ignorado, insultado, caluniado, as forças democráticas, o movimento operário e popular, os trabalhadores; já haviam aberto fogo contra o Conselho da Revolução, contra o Presidente da República; restava agora alargarem tudo isso aos militares de Abril. Está feito.

Quanto aos objectivos, Freitas do Amaral em Coimbra encarregou-se de calar aqueles que acusavam os democratas de fazer «processos de intenções» à «AD» e à direita: com linear clareza confirmou que os objectivos de total destruição do regime correspondem a objectivos de total destruição da ordem económica. Dúvidas, ninguém agora as pode ter. Uma segunda ideia que igualmente resulta evidente é a de que o PS sob a liderança de Mário Soares é um aliado da direita. Claro, eficaz, obediente, subserviente mesmo. Farisaco também: tal como em 75 se aliava à direita e berrava que o fazia em defesa do socialismo (que pouco depois metia na gaveta), clama agora que se alia à direita na defesa da democracia.

O comunicado da Comissão Nacional do PS do passado domingo é um documento indecente, nas ideias e na linguagem. É um retrato de desonestidade política e de indigência cultural. É um texto ao nível do deprimente comportamento dos deputados socialistas na Assembleia da República, em muitos aspectos pior mesmo.

Há conclusões cortantes a tirar, contra as quais as palavras sossobram: com o PS sem Mário Soares as forças democráticas obtiveram uma retumbante vitória em 7 de Dezembro de 1980 derrotando o candidato da extrema-direita Soares Carneiro; com o PS de Mário Soares, se a revisão inconstitucional for realizada, a reacção acobertada na «AD» poderá infligir uma grave derrota à democracia e ao 25 de Abril. São os factos.

Finalmente, uma terceira ideia parece contar definitivamente com inabaláveis alicerces: sob o governo «AD», o País caminha a passos rápidos para o desastre económico e social. As empresas nacionalizadas estão a ser estranguladas ou desmanteladas peça a peça; o endividamento externo atinge números difíceis de imaginar; o custo de vida e a inflação galopam sofregamente sobre o povo exausto; a corrupção é uma realidade tão evidente que atira os próprios capitalistas uns contra os outros; a incapacidade governativa só tem par na operatividade posta contra os interesses dos trabalhadores, dos camponeses, do povo em geral. O problema coloca-se já em termos de que há feridas e doenças que não serão curadas apenas com a ablação deste tumor chamado «AD»: Portugal irá pagar os resultados de uma meticulosa obra de destruição alicerçada em incapacidade e inépcia verdadeiramente dignos desta direita obtusa, corrupta e dilacerada.

Entretanto, os factos vêm igualmente dar forma mais definida a uma outra ideia: a «AD» e o seu governo agonizam. É um agonizar convulsivo, que a posse do poder torna extremamente perigoso e devastador.

A acção do ministro Angelo Correia é particularmente significativa e importante. Essa caricata, mas nem por isso menos perigosa, personalidade desdobra-se em nomeações e alterações em sectores decisivos das forças de segurança, monta organismos policiais, altera chefias, conspira de facto.

Nos sectores económicos, os ministros «AD» esforçam-se por queimar etapas: o pudor desapareceu há muito e trata-se de, freneticamente, entregar aos seus patrões o mais possível no mais curto espaço de tempo. Terras no Alentejo ou fábricas no Norte, créditos na banca ou importações subornadas, empresas desmanteladas ou inviabilizadas.

Na bancarrota da sua política a «AD» arrasta todo o País. Não há projecto, não há programa: tudo se resume a destruir e depressa. Mas nesta destruição, a «AD» joga politicamente nela e duramente acordará quem ingenuamente supuser o contrário: Balsemão/Freitas, com a complicitade de Mário Soares, vão entretanto entregando alavancas ao capital, aos monopólios, aos latifundiários; e, essencialmente, deixam um país arrasado e exausto para amanhã, afastados do poder, falarem, na «oposição», contra o estado a que conduziram eles próprios o País. Dar-lhes mais tempo hoje é dar-lhes armas agora, lucros logo, argumentos depois.

Mas a «AD» luta também junto da opinião. Tenta, por um lado, criar as suas estruturas de influência mesmo que afastadas do poder: é essa escandalosa manobra de destruição da ANOP e de aparecimento de uma agência privada com dinheiros públicos.

E são as manobras das sondagens. Mas, quanto às sondagens, a operação exige esforço de tomo: exige dizer que as sondagens significam exactamente o contrário do que significam de facto! A verdade é que todas as sondagens apontam para esta coisa essencial: no caso de haver eleições, a «AD» perderá a maioria absoluta. E isso é a derrota da «AD»! Laboriosamente, os «comentadores» pretendem fazer esquecer que em todas as eleições legislativas do Portugal de Abril, os partidos que constituem a «AD» somados tinham mais votos que cada um dos outros partidos isolados: contudo, foram sempre minoritários em relação ao conjunto das forças democráticas, só conseguindo ganhar por terem usufruído dos benefícios que a lei de Hondt concede às coligações, o que lhes viria a dar a possibilidade de, através de uma maioria absoluta de deputados, imporem uma política antipopular e antinacional na Assembleia e no Governo. Sem tal maioria, o seu projecto - como a própria direita revela - é inviável e inexecutável.

As sondagens estão aí a demonstrar o que é uma evidência do quotidiano: a direita perde eleitoralmente, perde base social de apoio, será derrotada em eleições.

Os factos são ainda elucidativos quando sublinham os perigos de algumas ideias.

Tais como as de que apenas será de tomar medidas quanto a esta situação depois de concluída a revisão constitucional.

As modificações já em letra de forma à Constituição revelam brutalmente que se esta revisão for promulgada o regime que se sucederá é diferente do que nasceu do 25 de Abril. As forças democráticas têm repetidamente afirmado que o regime constitucional português tem legitimidade popular e condições intrínsecas para funcionar e se defender: mas é este. Estar à espera, por respeito a este, que ele seja destruído é, na melhor das hipóteses, ingénuo: não é depois do regime destruído que o regime terá melhores condições para se defender.

E a defesa do regime passa apenas e tão só pelo próprio funcionamento do regime e dos seus órgãos de soberania. Desde que actuem. Não parece que respelitar o regime e a Constituição seja aceitar a sua destruição; parece sim - e com toda a evidência - que respelitar o regime é fazê-lo - e tão só - funcionar, e neste caso na defesa do regime, do povo, do País.

Reconstruir um país onde a democracia foi destruída é - com esforços e sacrifícios imensos - sem-

pre possível pelas inesgotáveis capacidades do povo; salvar um regime democrático destruído - pior ainda, que se deixou destruir a si próprio - é bem diverso, para não dizer mais.

Os factos indicam que o tempo urge. E a política faz-se no tempo - e, quando se faz bem, faz-se a tempo.

O que serve igualmente para uma outra ideia que é a de aguardar as eleições autárquicas para «testar» o que se passa no eleitorado...

Envolve também perigos sombrios tal concepção. Envolve antes de tudo o mais porque a ela está subjacente a primeira: não intervir antes de concluída a revisão constitucional. Teríamos assim que estas eleições autárquicas se iriam passar não neste regime mas no saído do conúbio monstruoso da «AD» e do PS/Mário Soares; teríamos assim que estas eleições se iriam passar após mais meses de desgoverno «AD», de conspiração «AD», de corrupção «AD». Esperar que toda a força e legitimidade que ora existe saíra acrescida numas eleições regidas pela direita numa ilegitimidade por ela ora imposta - é um erro.

Por outro lado, pensar que dessas eleições sairia uma clarificação do campo democrático, que desse maior solidez a um projecto de alternativa ao governo de direita, é perigoso e carece de base. Primeiro, em democracia a vontade popular manifesta-se todos os dias e não apenas nos votos: aos democratas cumpre respeitá-la todos os dias e não apenas sujeitaram-se a regulares sufrágios. Na situação presente, a vontade popular afirma: é necessário defender Abril. O povo português após ter criado e votado os meios para se defender e ser defendido e de manifestar a sua inequívoca vontade, dificilmente compreenderá que lhe venham novamente perguntar se deseja de facto ser defendido - quando entretanto já está maltratado e ferido.

Em segundo lugar, é muito perigoso pensar que derrotas nas forças democráticas sejam elementos de reforço da democracia. Aguardar que os reveses impostos pelos erros façam corrigir situações, orientações ou direcções pode conduzir a vitória à Pirro. Muito especialmente quando tais derrotas são apenas fruto de erros e contra eles não se avoluma, sequer, a contrapartida de acções firmes na defesa do que tais erros põem em causa ou destroem.

O regime democrático português tem uma vitalidade que lhe advém do apoio popular e de uma Constituição fortemente implantada no povo e na realidade nacional. A legitimidade democrática existe, integral, nas expressões dos sufrágios, nos mecanismos institucionais, na vontade popular expressa. A democracia e o povo apenas requerem que, no inteiro respeito por eles, os democratas, actuem como democratas.

Finalmente, ainda e sempre os mesmos factos, confirmam a legitimidade, a correcção, a necessidade das medidas preconizadas pelo PCP. Confirmam a urgência de cada uma delas e a indesmentível verdade de que elas não podem ser separadas.

Ainda se está a tempo de dissolver a Assembleia da República para impedir que uma maioria divorciada do povo e da democracia consuma o crime de abrir de novo as portas da Pátria aos monopólios, à exploração, à corrupção, à ditadura.

Há que demitir o governo «AD»/Balsemão/Freitas para pôr cobro imediato a uma política de desastre nacional, de conspiração, de incompetência, de violência.

Há que nomear um governo de gestão que assegure que novas eleições se realizarão em condições de liberdade e seriedade e não nos evidentes atropelos, corrupções, coacções, mentiras, demagogias e o tanto mais que se sabe e se advinha que caracterizará qualquer acto eleitoral com a direita no poder.

Há que convocar eleições gerais antecipadas para que o povo português reafirme a sua vontade clara de defesa do Portugal de Abril, da democracia, da liberdade.

As mais variadas acções de massas que se realizam por todo o país, as lutas e greves de centenas de milhares de trabalhadores, os apelos à acção unitária de muitos democratas sem partido, os alertas dos homens do MFA reunidos em Porto Mós mostram haver a vontade de defender Abril - nada está perdido. Mas é essencial que mais que palavras se verifiquem actos.

# 60 ANOS DE LUTA

## ao serviço do povo e da pátria



## EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO DO PCP EM LIVRO

Uma grande iniciativa de **edições Avante!**

**O Militante**  
à venda  
O NÚMERO DE JULHO

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIREÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CIL Central Distribuidora Litoral, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779628/779625/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 633508.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779628.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82.

Tiragem média do mês de Junho: 53 750

Assembleia da República

PS não defraudou a direita... Composição do Tribunal Constitucional favorável aos desígnios da "AD"

Na fase final da revisão constitucional, que ainda decorre na Assembleia da República e que tudo indica irá encerrar-se esta semana, o tema mais escaldante foi a questão do Tribunal Constitucional.

Como tudo o fazia prever — o deputado socialista Almeida Santos foi bastante explícito — o PS conjuntamente com a "AD" aprovaram a proposta da Comissão Eventual da Revisão Constitucional no que se refere à composição do Tribunal Constitucional.

Deste modo, tal órgão de vigilância da constitucionalidade das leis passará a ser constituído por 13 juizes, sendo 10 designados pela Assembleia da República e 3 cooptados por estes.

Não foi necessário à "AD", bater-se por esta alteração na revisão constitucional. O Partido Socialista encarregou-se bem da tarefa e, como diria o deputado Vital Moreira durante a discussão «vão-se os princípios, ficam os interesses políticos».

Com efeito, esta proposta da Comissão Eventual aparece como «por artes mágicas» diria ainda Vital Moreira. Resultante de um acordo do PS com a "AD" — que cada dia que passa é mais transparente — a proposta da Comissão Eventual nada tem a ver com as propostas públicas apresentadas pelos diferentes partidos, sejam da "AD", sejam da FRS.

Justificando a votação favorável que pouco depois o Partido Socialista faria relativamente a tal assunto, o deputado Almeida Santos diria que fora «a única solução que se tornou viável».

Almeida Santos diria ainda mais. Recendo a inviabilidade da revisão constitucional não hesitaria (a direcção do seu grupo parlamentar) em apoiar a proposta que a Comissão Eventual avançara.

E tudo isto no receio de que a não ser possível a constituição de um tribunal constitucional se mantivesse o Conselho da Revolução.

A gravação lá está para que possa ser transcrito no Diário da Assembleia da República.

De nada valeu a argumentação dispendida tanto por Jorge Miranda, da ASDI, como por Vital Moreira, do PCP, e ainda pelos líderes parlamentares da UEDS e do MDP/CDE. Com 159 votos — a "AD" e do PS — os artigos 284.º e 285.º, que dizem respeito ao Tribunal Constitucional, foram aprovados na noite de terça-feira última.

Salgado Zenha, em declaração de voto, afirmaria depois que se pronunciaria favoravelmente apenas por uma questão de disciplina partidária.

O Tribunal Constitucional passa pois a ser apenas assunto da Assembleia da República desde que para isso seja possível obter a maioria

de dois terços para a nomeação dos 10 juizes.

Nomeação que o Partido Socialista, a manter-se fiel ao acordo feito com a "AD", certamente não inviabilizará. Deste modo a "AD" conseguiu arredar de uma área de decisão bastante importante — não houve nenhum partido na Assembleia da República que não o reconhecesse — um órgão de poder como é o Presidente da República, eleito pela maioria dos portugueses.

Vizela ANOP e autarquias

A sessão da AR de segunda-feira passada afastou-se da revisão constitucional. Antes do período da ordem do dia alguns assuntos candentes foram abordados pelos deputados.

O primeiro a vir à baila seria a criação do conselho de Vizela.

Logo depois, a extinção da agência ANOP constituiria tema de discussão. Por último, o deputado comunista Octávio Teixeira faria uma intervenção sobre a grave situação económica que o país atravessa e que publicamos na íntegra.

Vizela e a criação do conselho com sede nesta vila seria a questão levantada pelo deputado monárquico António Moniz. Neste assunto o PPM tem-se portado como «aprendiz de feiticeiro».

Desencadeando intenções justas das populações não consegue depois controlar os interesses eleitorais dos seus parceiros da Aliança.

O deputado monárquico levantou o assunto de Vizela no hemiciclo — sem excessiva convicção, diga-se por que passara já o prazo de 60 dias prometido por Sousa Tavares, do PPD, para a regularização dos anseios da população vizelense.

Acabaria por dizer o deputado do PPM que tinha esperanças em que o assunto fosse tratado e resolvido até ao final desta sessão parlamentar que, como se sabe, acaba em princípio na sexta-feira próxima. E mais não disse. Por parte dos seus parceiros da Aliança não se registou um interesse por aí além relativamente à resolução prometida e não cumprida.

O deputado Raul Rego levantaria a seguir a questão bastante controversa — no seio do próprio Governo as opiniões dividem-se e ainda recentemente Ribeiro Teles manifestou-se contra — relativamente à extinção da agência ANOP que seria substituída por uma outra resultante de uma sociedade cooperativa em que seriam participantes grande parte dos órgãos de comunicação social.

Analisando a questão Raul Rego não deixaria de recordar que a mesma "AD"

que agora pretende extinguir a ANOP tinha aumentado o quadro de pessoal da agência de 130 para 250 pessoas.

A discussão percorreu o hemiciclo. Jorge Lemos do PCP levantaria a questão dos postos de trabalho que a decisão do Governo — ou será apenas do secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro? — irá pôr em causa.

Esta intervenção do deputado comunista levaria a um aparte «infeliz» por parte da bancada CDS «Vão trabalhar!» seria a expressão bem audível em toda a sala por parte de um «fatigado» deputado centrista quando o camarada Jorge Lemos recordava a ameaça de desemprego para os jornalistas e restantes trabalhadores da agência.

Por seu turno, Magalhães Mota, da ASDI, faria algumas perguntas que ficaram sem resposta: Poderá a nova agência viver sem subsídios directos ou indirectos do Estado? Poderão existir duas agências noticiosas?

De tudo isto, o que ressalta é que a "AD" não contente com o assalto efectuado aos órgãos de comunicação social estatalizados quer ainda exercer um domínio mais eficaz sobre os mesmos, utilizando para isso uma capa democrática.

Difficil arranjar melhor receita para servir os desígnios da "AD".

Cria-se uma cooperativa de informação. Todos os jor-

nais e outros órgãos de informação social participam. A direcção de nova agência é eleita — coisa mais democrática não há — pelos cooperantes. Simplesmente como os órgãos estatalizados (com Comissões Administrativas nomeadas pelo Governo) e de direita estão em maioria, que culpa tem o Governo "AD" se a direcção da nova agência está intimamente conotada e serve os interesses exclusivos deste e dos partidos que o compõem? A maquinação está em marcha, mas nem a todos os membros do Governo agrada. O desenrolar dos acontecimentos acabará por revelar porquê.

No período da ordem do dia foram votados, sem sobresaltos, alguns artigos da Proposta de Lei 82/II, referente às atribuições das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos.

Terça-feira passada a sessão da Assembleia da República que não começou às 10 horas da manhã como estava previsto — a essa hora a bancada do CDS estava deserta — aborreu de novo a revisão constitucional. Foram votados nessa parte da sessão alguns artigos relacionados com a parte respeitante à Defesa Nacional, e ainda com a fiscalização da constitucionalidade. Seria este o tema mais controverso, nomeadamente no que ao Tribunal Constitucional diz respeito e que no início referimos mais em detalhe.

Nacional

Nota da SIP do PCP

A operação contra a ANOP — um escândalo

1. O secretário de Estado José Alfaia tem vindo a afirmar, em sucessivas declarações à informação nacional que está em preparação uma alegada «reestruturação» da Agência Noticiosa Portuguesa ANOP/EP, admitindo o recurso a despedimentos.

2. O sentido final dessa «reestruturação» tem sido mantido no mais absoluto secretismo, à margem do actual Conselho de Gerência e das estruturas representativas dos trabalhadores da Agência, em frontal violação do Estatuto da ANOP/EP e da Lei das Comissões de Trabalhadores. O secretário de Estado tem sistematicamente recusado o diálogo com os trabalhadores e furtou-se ao controlo democrático da sua actividade governamental pelo respectivo Conselho de Informação e pela Comissão Parlamentar de Comunicação Social. Os esclarecimentos pedidos ao Governo pelo PCP e por outros partidos continuam sem resposta.

3. A actividade da ANOP/EP tem conhecido uma contínua degradação desde que a «AD» se encontra no Governo, não só no plano de ingerência política no seu noticiário, como na recusa em dotá-la com os meios financeiros mínimos, ou a simples aprovação do seu orçamento para o ano em curso, — o que contribuiu para agravar a dependência da Agência face ao Governo e implica a paralisação, ou o retrocesso, dos seus projectos de desenvolvimento técnico e informativo.

4. Ao mesmo tempo que prepara uma «reestruturação» ilegal da ANOP/EP que, face às informações disponíveis e não desmentidas consistiria na sua simples destruição, o Governo promove a criação de uma agência informativa privada (com elevados custos de implantação), que se dispõe a financiar generosamente, quer directamente, quer através da participação nessa nova agência de outros órgãos do sector público da comunicação social.

5. A ANOP/EP é uma empresa pública cujo Estatuto, aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, define claramente os princípios a que a sua actividade informativa deverá obedecer, nomeadamente a isenção, a objectividade e o pluralismo. Como empresa pública da comunicação social de um Estado democrático, a ANOP/EP tem um papel de relevo a desempenhar na imagem internacional do nosso País, na ligação do Continente com as Regiões Autónomas e entre todos os portugueses dispersos pelo mundo, no aprofundamento do conhecimento recíproco entre todos os países de língua portuguesa.

6. Independentemente dos erros de gestão cometidos e dos condenáveis critérios informativos que o Governo «AD» procura impor-lhe, a ANOP/EP desempenha uma função necessária ao Estado português que nenhuma agência privada substitui. Ela não pode, portanto, estar sujeita a manobras de cariz partidário, fomentadas pelo desenfreado apetite pelo controlo e manipulação da comunicação social, gerador de uma desestabilização que afecta não só o legítimo direito ao emprego de todos os seus trabalhadores, como os próprios interesses do País.

7. A SIP do PCP denuncia a ilegalidade e o secretismo que envolve esta manobra cujo objectivo é destruir a ANOP/EP e preparar as condições para que o domínio da «AD» sobre a comunicação social se prolongue para além do seu afastamento do Governo. Contra tal manobra se têm manifestado os trabalhadores da ANOP, numa afirmação de unidade e firmeza merecedora do apoio e solidariedade.

8. Só uma agência de notícias isenta e independente do poder político e económico estará em condições de desempenhar as funções estatutariamente atribuídas à ANOP/EP e que, com uma verdadeira reestruturação, meios financeiros apropriados e a vontade dos seus trabalhadores, a Agência Noticiosa Portuguesa poderá cumprir, como empresa pública da comunicação social, ao serviço do Portugal democrático.

Lisboa, 23/7/82  
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Só os sectores especulativos e do contrabando escapam à crise — afirmou Octávio Teixeira

Ao mesmo tempo que é discutida a revisão constitucional a questão económica não é esquecida pelo Partido Comunista Português na Assembleia da República. O deputado Octávio Teixeira na parte de antes da ordem do dia da sessão de segunda-feira última teve oportunidade de recordar perante o hemiciclo alguns aspectos graves da situação económica nacional e que o Governo "AD" pretende esconder. E pretende esconder porque alguém lucra com esta situação. Transcrevemos a seguir a intervenção integral do deputado comunista Octávio Teixeira.

Todos os portugueses sentem hoje, no seu dia-a-dia, a velocidade a que a "AD" e o seu Governo vão lançando a economia nacional no descalabro e na bancarrota. E nem o atraso com que vão sendo publicados os cada vez mais raros elementos estatísticos sobre a situação económica e financeira esconde essa indelével realidade.

De acordo com dados recentemente publicados na imprensa, no primeiro trimestre do ano todos os componentes da balança de pagamentos registaram novo e rigoroso agravamento, na senda da política de desastre nacional com que a "AD" há dois anos e meio vem desgobernando o País.

O défice da balança de transacções correntes terá ultrapassado os 70 milhões de contos, mais 36% que o défice registado no período homólogo do ano transacto. O défice da balança comercial agravou-se em mais 40%, enquanto que as remessas de emigrantes e as receitas de turismo registam quebras reais acentuadas.

Em resultado de tal descalabro, a dívida externa aumentou vertiginosamente, atingindo já cerca de mil milhões de contos, as reservas cambiais do país vão-se reduzindo em cadência acelerada, enquanto os rumores de situações de ruptura cambial são cada vez mais frequentes.

Mas se tais resultados são por si só assustadores, eles reflectem sobretudo a profunda recessão em que vai submergindo toda a actividade económica. O grau de utilização da capacidade produtiva instalada não cessa de diminuir. O investimento entrou em queda livre. Agrava-se a situação económica e financeira da grande maioria das empresas nacionais. Hoje poderá afirmar-se que nenhum sector de actividade escapa à crise e à recessão. Excepção seja feita, diga-se em abono da verdade, aos sectores especulativos e do contrabando, que o Governo cada vez mais abertamente vai permitindo ou mesmo incentivando. O que se passa com a importação fraudulenta de banana não será certa-

mente caso único, nem tão pouco o mais importante e lucrativo.

A inflação galopa a ritmo anual superior a 25%, reduzindo diariamente o já diminuto poder de compra dos portugueses. Despudoradamente o Governo persiste, porém, e para efeitos de negociações colectivas de trabalho, no falso objectivo dos 17% que nas GOP apresentou a esta Assembleia. É falso e inatingível o objectivo dos 17% para a taxa de inflação em 1982. Mas é real e claramente assumido pelo Governo o objectivo de com tal atitude pretender e conseguir a diminuição drástica dos salários reais, que, atingindo em média os 6% é excepcionalmente gravosa para os 400 mil trabalhadores da Função Pública que vêm o seu poder de compra degradado em cerca de 14%.

Enfim, a chaga social do desemprego vive imanada com o Governo Balsemão-Freitas do Amaral, enquanto uma dirigente nacional de um dos partidos da "AD" aludindo ao descalabro da política de habitação vai aconselhando os portugueses a habituarem-se a viver ao relento enquanto existir um Governo da coligação de que o seu partido faz parte.

A falência como factor de «salubridade»

A desesperante e desastrosa situação económica e financeira do País não é fruto

do acaso ou de eventuais condições climáticas adversas, nem a sua responsabilidade primeira pode ser atribuída à crise que grassa entre os nossos principais e quase exclusivos parceiros comerciais.

A situação de completa degradação em que se encontra a estrutura produtiva nacional é o resultado lógico e objectivamente procurado da política que a "AD" vem impondo ao País e aos portugueses. Uma política exclusivamente determinada pela restauração dos privilégios de uma casta de monopolistas, e assente na depauperação crescente dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários e na destruição do sector público da economia. E para atingirem esse seu objectivo a "AD" e os seus governos não olham a meios.

A mesa do orçamento vão sendo servidos opíparos banquetes aos senhores do grande capital, enquanto que para a grande generalidade dos portugueses vai aumentando a carga fiscal e se vão reduzindo as isenções e bonificações.

Aos milhares de agricultores atingidos pelas geadas não há pressa em se pagar os prejuízos sofridos, mas para presentear os ex-monopolistas e latifundiários com chorudas indemnizações o Governo não perde tempo.

A degradação situação económica da maioria das empresas nacionais, em resultado da recessão económica gerada pela "AD", é agravada com a degradação financeira decorrente de taxas de juro incomportáveis e de crescentes dificuldades no acesso ao crédito. Entretanto, o Governo decreta a obrigatoriedade de a banca nacionalizada aceitar a mobilização ao valor nominal de títulos de indemnização, em condições que significam a atribuição de dez milhões de contos de crédito aos ex-monopolistas e latifundiários a taxas de juro nominalmente negativas.

Enquanto, por um lado, vai pondo em prática a velha tese de Freitas do Amaral de que a falência é um saudável meio saneador da economia, por outro lado o Governo apresta-se, através do IPE, para oferecer na (verdadeira acepção da palavra) aos ex-monopolistas as melhores e mais rentáveis empresas controladas pelo sector público, e privilegiando a concentração do respectivo capital social nas mãos de alguns poucos capitalistas.

Destruir as empresas nacionalizadas

Confrontados com a perspectiva da manutenção no texto constitucional do princípio da irreversibilidade das nacionalizações, a "AD" e o seu Governo, pela vez autorizada de Freitas do Amaral, declaram publicamente que a partir deste momento a sua real e efectiva prioridade das prioridades é o desmantelamento do sector público

Acampamentos de Pioneiros em vários pontos do País

De ano para ano se torna mais rica de sentido, a propósito dos acampamentos de Pioneiros, a palavra movimento. Acampamentos pioneiros, com meia dúzia de crianças, monitores inexperientes, organização incipiente, foram a pouco e pouco sendo o «movimento dos acampamentos» — o festivo corolário do ano de trabalho em cada Núcleo de Pioneiros, para que concorrem, com o seu trabalho em muitos casos já altamente especializado (educadores, monitores de educação física, médicos e enfermeiros e até dietistas) mas sempre abnegado, dezenas de homens e mulheres, comunistas e outros democratas unidos na preocupação e na alegria de proporcionar à Criança (a todas as crianças

que para já for possível) uns dias de vida ao ar livre e de camaradagem, no espírito da Paz e da Amizade que é o lema dos Pioneiros de Portugal e anseio e razão da luta de todos os democratas.

Isto é, Amigo: se tens o teu filho num acampamento de Pioneiros, fica tranquilo: ele está bem! E, se não, fala com qualquer um que lá tenha estado — ouve-o como nós ouvimos a Sofia, que esteve em Sesimbra durante toda a passada semana no acampamento dos pioneiros da região de Lisboa, ela e mais 130, e que dizia entre cada frase do seu relato: «Foi uma maravilha!» — A gente levantava-se cedo mas com música — era uma maravilha! Depois do pequeno almoço, toca de ir para a praia (em camioneta

porque ainda é um bocadinho longe). Ai, era nadar e aprender a nadar, reinar toda a manhã. Havia jogos, construções na areia. Depois, outra vez no acampamento, era o almoço, sempre catita. Uma vez até comemos um prato especial feito pelos pioneiros da Checoslováquia e os seus monitores que eram nossos convidados! A tarde também era uma maravilha: tempo livre para ler, visitas aos arredores, à vila ou ao castelo, às vezes um passeio-mistério muito divertido. Fizemos uma exposição sobre a Paz. E depois, à noite, o fogo de campo; a gente dançava, cantava, uma vez foi um carnaval com todos mascarados. Ainda no meio do relato, a Sofia ia dizendo:

— Foi uma maravilha mas foi pouco... Foi só pouco, na verdade — mas foi preciso dar lugar a outros: no mesmo local (em Santana, Sesimbra) decorre durante esta semana o acampamento dos pioneiros de Setúbal. Desta vez são convidados pioneiros da RDA.

Mas também em Coimbra e no Porto se ultimam os preparativos para os acampamentos regionais.

No Porto começa já no dia 1 de Agosto e decorre até ao dia 8. Local: Canidelo, em Vila Nova de Gaia, numa quinta arborizada perto do mar e do rio. A três dias da abertura, convidamos que ainda seja possível fazer novas inscrições; o que é de certo possível é correspon-

der ao apelo que os Pioneiros do Porto fazem de oferta de fundos e géneros alimentícios, que isto de ar livre e brincadeira costuma dar muita fome... O programa que se anuncia, como é de prever, inclui jogos e praia, visitas, actividades culturais várias e o imprescindível fogo de campo.

O acampamento de Coimbra começa em 15 de Agosto e vai prolongar-se também por uma semana. Realiza-se junto à praia do Furadouro, em Ovar, e segundo os organizadores não comporta mais de 60 a 70 pioneiros. Um ou outro pioneiro da zona que se tenha atrasado na inscrição talvez ainda possa tentar... Talvez tenha sorte — e valer a pena, vale com certeza!

Mais um atentado à liberdade de ensino

Professores do Porto denunciam medida do MEU

«Mais uma medida antidemocrática do Governo "AD", que «coloca novas e pesadas dificuldades ao acesso escolar, novas e gritantes limitações ao direito ao ensino que a Constituição consagra», eis como a Direcção da Organização de Professores do Ensino Preparatório e Secundário do Porto do PCP classifica a recente redução e cancelamento dos subsídios do IASE para os transportes escolares, em comunicado agora tornado público.

Referindo-se àquelas medidas dizem os professores comunistas. 1. Os alunos que vivem a menos de 3 quilómetros da escola deixam de ter

subsídio de transporte, o que vai obrigar a que os encarregados de educação passem a custear integralmente esta despesa, onerando os seus encargos familiares. 2. Os alunos que residam na área de influência de um posto de teleescola, se quiserem optar pelo ensino directo (Escola Preparatória), verão cancelados os subsídios de transportes que vigoravam no ano lectivo anterior. Acrescentam: Mais uma vez o MEU e o Governo mostram para quem querem o ensino. Os filhos dos trabalhadores e dos habitantes das zonas rurais vêem-se mais

uma vez marginalizados e coartada a sua liberdade de escolha do ensino que desejam. A direcção da organização dos professores do ensino preparatório e secundário do Porto do PCP protesta energicamente contra tal decisão e exige a sua imediata revogação. Alerta igualmente a opinião pública, os encarregados de educação e os professores para mais esta medida antidemocrática do governo "AD", cuja demissão é uma exigência popular e democrática e condição necessária à resolução dos graves problemas nacionais, designadamente os do ensino.

## Saudação do PCP ao Partido Comunista Japonês

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Japonês a seguinte saudação:

Queridos Camaradas  
Por ocasião do XVI Congresso do Partido Comunista Japonês, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite aos comunistas japoneses fraternais saudações e votos de êxito nos trabalhos deste Congresso.

O PCP segue com atenção e espírito solidário a vossa luta em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores japoneses, contra os monopólios e a política em seu benefício conduzido pelo governo do PDL, contra as tentativas de lançar sobre os trabalhadores o fardo da crise do capitalismo.

O PCP é também solidário para com a vossa luta para assegurar uma verdadeira independência nacional, para pôr fim à aliança militar nipo-americana, contra o ressurgimento do militarismo, contra a utilização do território japonês para instalação ou passagem de armas nucleares.

Em Portugal vivem-se momentos decisivos para o regime democrático, saído da revolução libertadora do 25 de Abril de 1974. As forças reaccionárias, que actualmente estão no governo e dispõem da maioria na Assembleia da República, utilizam o poder para realizar uma brutal ofensiva visando destruir as conquistas revolucionárias alcançadas pelo nosso povo após o derrube

do fascismo, reconstruir os grupos monopolistas e os latifúndios, instaurar uma nova ditadura.

Esta política tem-se traduzido num brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores, numa profunda crise económica e financeira, em gravíssimos atentados às liberdades democráticas, numa política externa de completa subserviência ante o imperialismo norte-americano e a NATO.

Neste momento os partidos reaccionários, com a vergonhosa colaboração do Partido Socialista/Mário Soares, procedem a uma revisão ilegal da Constituição através da qual procuram controlar e submeter as forças armadas aos seus objectivos de destruição do regime democrático.

Contra esta política desenvolve-se por todo o país um poderoso movimento operário e popular, no qual o PCP desempenha um papel determinante. Momentos altos desta movimentação foram as duas greves gerais respectivamente em 12 de Fevereiro e 11 de Maio, as primeiras que se realizaram no nosso país desde há quase 50 anos, assim como as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e a recente manifestação de 15 de Julho frente à Assembleia da República.

Para sair da actual situação e defender o regime democrático, o PCP considera urgentes e indispensáveis quatro medidas: demissão do governo, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo democrático de gestão,

eleições antecipadas. Tais medidas encontram um apoio cada vez mais largo entre os democratas e o povo português.

Queridos Camaradas

Este vosso Congresso realiza-se num momento em que se avolumam os perigos para a paz, como resultado da política agressiva e belicista do imperialismo e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. Na mira de travar o impetuoso processo de libertação nacional e social dos trabalhadores e dos povos, procurando saídas para a crise profunda em que se debate o sistema capitalista e numa tentativa para romper o equilíbrio e alcançar a supremacia militar sobre a URSS e o campo socialista, a administração Reagan conduz uma política de frenética corrida aos armamentos e multiplica os actos de provocação, ingerência e agressão a numerosos países soberanos e regiões do mundo.

A criminoso agressão sionista no Líbano, é uma expressão brutal da estratégia de agressão e de guerra do imperialismo que firmemente condenamos, expressando a nossa activa solidariedade para com o povo libanês e o Movimento Nacional Libanês, para com o povo palestino e a OLP.

Também em relação à Ásia e ao Extremo Oriente, a política do imperialismo encerra grandes perigos, não apenas para a paz e a segurança dessa região como no plano mundial; nesse sentido valorizando-se as recentes iniciativas e propostas de paz da URSS, assim como

da RDP da Coreia e dos países da Indochina.

O imperialismo não alcançará porém os seus objectivos. Encontra pela frente as poderosas realizações e a política da paz e de solidariedade internacionalista da URSS e dos países socialistas; a luta da classe operária dos países capitalistas, assim como um amplo movimento popular pela paz e o desarmamento; a acção dos países progressistas; a luta tenaz dos povos que lutam pela sua libertação nacional e social na África, Ásia e América Latina.

O PCP considera que na presente situação se torna ainda mais imperioso e urgente o reforço da unidade do movimento comunista internacional, assim como o fortalecimento da amizade e solidariedade recíprocas das grandes forças revolucionárias da nossa época.

Queridos Camaradas  
O vosso XVI Congresso realiza-se num momento em que o PCJ comemora o 60.º Aniversário. Fazemos votos que as suas conclusões constituam um factor de renovado espírito para a luta dos comunistas, da classe operária e dos trabalhadores do Japão. Expressamo-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos.

Viva o XVI Congresso do Partido Comunista Japonês!  
Viva o Internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

## Grupo de estudo esteve na URSS

De 20 a 27 de Julho esteve de visita à URSS um grupo de estudo do PCP sobre agricultura.

Tomando conhecimento da política agrícola da URSS, a visita do grupo de estudo do PCP incidiu particularmente sobre as experiências e técnicas aplicadas quanto à produção de leite em cooperativas.

O grupo de estudo foi recebido pelo camarada Onisovetsk, vice-responsável da secção de Agricultura do CC do PCUS e encontrou-

se, a diferentes níveis da Administração e do Partido com responsáveis pelas questões agrícolas. Na região de Moscovo visitou o Kolkhoze Gorki. Deslocou-se à República Socialista Federativa da Ucrânia onde visitou designadamente os Kolkhozes «Copatim», «Longa Vida», «Ucrânia» e ainda dois Sovkhozes.

Esta visita, realizada a convite do CC do PCUS, insere-se nas relações de fraterna amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCUS.

## Torneio de Amizade dá viagem à RDA

O departamento desportivo do núcleo de Almada da Associação Portugal-RDA vai realizar o seu II Torneio de Amizade em futebol de salão.

A iniciativa terá início no dia 11 de Setembro próximo, sendo o torneio disputado no Polidesportivo do Parque Comandante Ramiro Correia, no Pombal, Cova da Piedade.

As inscrições para participação são limitadas, destinando-se essencialmente

às equipas do concelho de Almada; todas as informações, bem como as inscrições, deverão ser pedidas para a sede do núcleo da Associação que funciona no Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade.

O grande interesse da iniciativa está desde já garantido dada a atracção do «Prémio Especial», a sortear entre os jogadores mais disciplinados: uma viagem à RDA com todas as despesas pagas, durante uma semana.

## Plenários de militantes de organizações do Partido em várias frentes

No concelho de Vila Franca de Xira prosseguem os plenários de militantes do Partido, à semelhança do que se passa um pouco por todo o país. Na sexta-feira, dia 29, são os camaradas da Póvoa que vão debater questões da sua organização e da situação política; no sábado, dia 30, é a vez dos militantes de Vialonga se reunirem em plenário.

Ambos os plenários se realizam às 21 horas, nos centros de trabalho das respectivas organizações.

## Festa do "Mundo Obrero" — só o excessivo calor "arrefeceu" a festa

A Festa anual do "Mundo Obrero", órgão central do Partido Comunista de Espanha, realizada habitualmente no mês de Setembro, decorreu este ano a 16, 17 e 18 de Julho. A alteração de datas deve-se ao facto de a municipalidade madrileña, que conta com maioria socialista e comunista, não ter autorizado a utilização das instalações da Casa de Campo tanto no mês de Setembro como nas primeiras semanas de Julho.

A exemplo dos anos anteriores o «Avante!» — que esteve representado pelo camarada Torres Rodrigues, nosso camarada de Redacção — teve um pavilhão com uma exposição política, mostrando com textos e fotografias a realidade actual do Portugal de Abril e as principais batalhas que se travam para defender e consolidar a democracia.

Diversos outros jornais e partidos-irmãos estiveram igual-

mente representados na Festa, que decorreu sob um intenso calor com temperaturas superiores aos 30 graus.

Estiveram presentes todos os Partidos Comunistas das diferentes nacionalidades.

Na Casa de Campo, que o PCE recebe ter utilizado pela última vez, visto haver um projecto de criar um novo recinto distante de Madrid para ali se realizarem iniciativas semelhantes, tudo está preparado para em pouco tempo se realizar uma festa daquele tipo — e convém recordar que de todas as forças políticas espanholas apenas o PCE lança ombros a tal iniciativa.

Todas as infraestruturas estão montadas. As ruas asfaltadas, a iluminação nocturna, um grande anfiteatro onde decorrem os espectáculos principais e ainda uma variedade enorme de edifícios que correspondem às diferentes nacionalidades ou províncias.

A Festa encerrou, como habitualmente, com um comício em que falou o camarada Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha.

Na sua intervenção reafirmou a sua solidariedade para com os povos explorados e oprimidos, com destaque para os povos palestino e libanês, atacou o ingresso da Espanha na NATO, referindo que a Turquia é um exemplo definitivo de que na NATO não se defende a democracia. Por último analisou a complexa situação política espanhola, onde a direita não desistiu ainda, com a cumplicidade de importantes sectores das Forças Armadas, de concretizar a tentação de fazer voltar a Espanha ao franquismo sem Franco.

Encerrou o comício a camarada Dolores Ibarruri — «La Pasionária» — que fez um apelo para um mais intenso trabalho entre as bases do Partido.

## Campanha Férias-82 — DORP

### A cada sector a sua forma de (bem) recolher fundos

Estamos a um mês do fim da Campanha Férias/82 e podemos dizer que para cumprirmos as metas estabelecidas teremos ainda de fazer um sério esforço. Não podemos esquecer que Agosto é um mês de férias, o que faz crescer as dificuldades.

O que vamos fazer e como vamos fazer para rapidamente avançarmos no cumprimento das metas?

Acontece que muitas vezes nas nossas próprias organizações há experiências ricas que nos passam despercebidas e são preciosos exemplos de como, com êxito, recolher fundos para o Partido.

É tendo isso em conta que fazemos aqui uma recolha de alguns exemplos que pensamos poderem constituir uma boa ajuda.

Uma camarada do Comité Local do Porto relatava-nos a seguinte experiência:

«Nós estamos um bom bocado atrasados em relação à meta que nos propusemos atingir, mas estamos confiantes que va-

mos atingi-la. Como? Primeiro temos que ter em conta as melhores formas para em cada local recolher contribuições e a melhor forma de utilizar os vários materiais.

Por exemplo as rifas. Vamos passá-las de porta em porta. Nos bairros, nas várias zonas, começamos numa ponta e acabamos noutra, batendo a toda as portas. Não é a primeira vez que fazemos isto e obtemos bons resultados.

Freguesias há, por exemplo Bonfim e St. Ildefonso, em que as abordagens resultam perfeitamente. As vezes tratamo-nos em pedir determinada quantia a um amigo e ele até está disposto a contribuir com muito mais.»

Uma outra experiência de características diferentes é de uma organização bem colocada em relação ao cumprimento da sua meta — a de Gaia:

«Uma das vantagens da nossa organização foi ter discutido atempadamente a importância política desta tarefa. Logo no início, em cada organismo, com cada camarada foi discutida a campanha. E mais: logo aí cada

camarada estabeleceu a quantia e o prazo para a sua contribuição.»

Os sectores Intelectual e da Saúde falaram-nos também da forma como conduziram a campanha, e com bons resultados:

«Claro que estes sectores têm características muito específicas, e tendo isso em conta concluímos que o essencial da nossa meta podia ser cumprido através de abordagens. Assim formaram-se três comissões: médicos, quadros técnicos e professores, num total de 28 camaradas, que estudaram listas de pessoas a abordar e o quantitativo que lhes iam propor. Depois distribuíram entre si as pessoas a quem se dirigir.»

Do concelho de Matosinhos vêm-nos interessantes exemplos de como células de empresa atingiram, ou estão já muito perto da sua meta.

«Sem dúvida uma excelente experiência é a da Equipmetal. Tendo falhado a venda de rifas para um sorteio, optamos pela via da abordagem-compromisso. Isto é, fizemos uma lista de abordagens cuja quantia esti-

mada ultrapassasse a quantia da meta. Fomos ter com as pessoas no sentido de assumirem compromisso. Conseguimos que os compromissos correspondessem à estimativa feita. Hoje temos já a meta cumprida e aliás largamente ultrapassada.»

«Ao contrário da Equipmetal, na Efanor e também na Ribera e na Leonessa as metas foram conseguidas quase exclusivamente na base da venda militante das rifas.»

Aqui ficam experiências variadas, com as mais diversas características, que esperamos contribuam de alguma forma para o melhoramento do trabalho e um rápido alcançar das metas.

Entretanto podemos dizer que os oito organizações que mais perto estão das suas metas são:

A Póvoa com 89%; os sectores Intelectual e da Saúde com 96%; os Serviços com 92%; V. Conde com 71%; Gaia com 80%; Comissão de sede da Boavista com 65%; Grandes Serviços com 70% e Metalúrgicos com 60%.

# A festa e al

## Figueira da Foz

As férias entraram-nos porta adentro, o que equivale a dizer que já nos estão atirando porta fora em busca de uma nesga de campo ou faixa de praia onde se possa repousar um ano de trabalho; cruzamo-nos um pouco por esse país fora, nas deslocações que o dinheiro consente.

Mas a actividade dos comunistas não entra em férias, como bem se vê nas inúmeras iniciativas realizadas e a realizar nesta altura um pouco por toda a parte: festas, encontros, acampamentos, sardinhas, etc, etc. Uma actividade que de qualquer modo, proporciona aos camaradas e amigos a oportunidade de, mesmo em férias, conviver e participar na luta de todos nós. Que é também festa porque tem a ver com a vida.

Cabe recordar aos camaradas e amigos em férias esta possibilidade de continuar juntos na luta e na alegria, mesmo longe dos locais de residência e de trabalho: basta estar atento às realizações do Partido, e se alguma se efectuar no local onde se está a veranejar... é só lá ir! Assim até já nem se tem problemas face à eventualidade da realização de uma qualquer iniciativa do Partido na nossa terra coincidindo com a nossa forasteirice noutra sítio! A nossa festa e a nossa luta é onde estivermos — o que até serve perfeitamente de legenda à actividade dos comunistas, profundamente empenhada e ligada à vida e aos problemas do povo e do País.

Portanto, camaradas e amigos, olhos abertos ao que se vai passado (e as nossas realizações são também amplamente anunciadas nos próprios locais), que a nossa luta não meteu férias, está onde estivermos e conta conosco! Também para nos recrearmos, evidentemente. E como são fraternas e boas as festas dos comunistas!

Começa já amanhã, sexta-feira, 30 de Julho, a tradicional «Festa Férias» da Figueira da Foz, na sua edição de 1982. Promovida pelos comunistas figueirense é uma jornada de convívio e cultura, que está aberta a toda a população do concelho e aos milhares de visitantes nacionais e estrangeiros que se encontrem na altura da cidade, constitui um ponto de encontro e uma proposta sempre renovada de intervenção política e social que mergulhou fundo as raízes na região.

Ainda faltam alguns acertos finais no programa — resto secundários do ponto de vista de calendário, mas importantes no desejo de sempre melhorar o conteúdo da Festa. Mas o «quadro-tipo» das realizações (o que importa de momento) está feito e é o seguinte:

**Sexta-feira, 30 de Julho** — Noite dedicada à juventude, início às 21 horas, com actuação do Grupo Folclórico e de Folclore da Academia de Coimbra (GFAFC) seguindo-se 90 minutos de rock com o grupo «Mégas»;

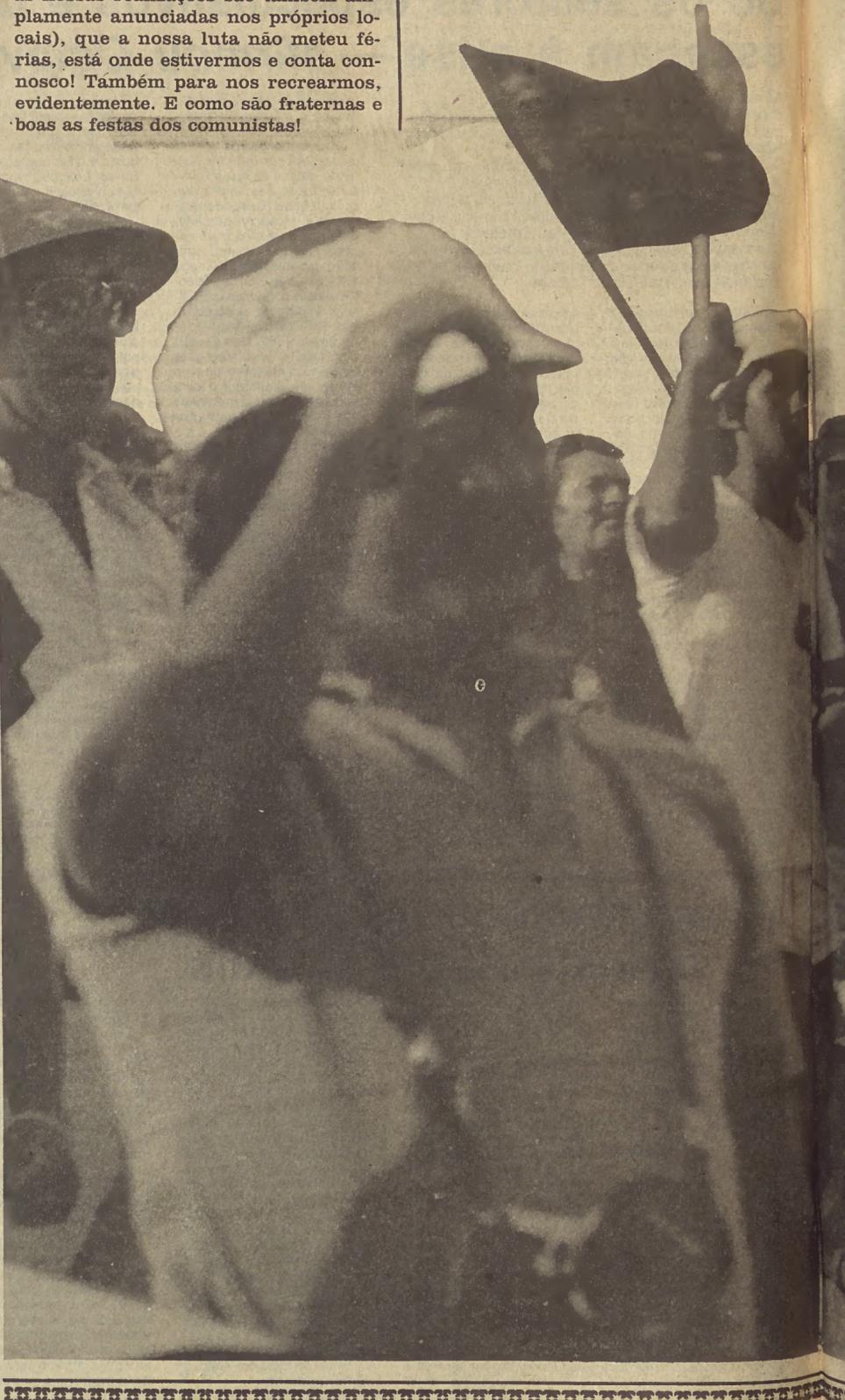
**Sábado, 31 de Julho** — manhã: prova de atletismo de 7000 metros, partida e chegada na Figueira da Foz por Buarcos; tarde: torneio de futebol de salão entre equipas da Figueira e de Coimbra; noite: dedicação a Coimbra, com a actuação de Carlos Mendes e uma sessão de fados e guitarradas... de Coimbra;

**Domingo, 1 de Agosto** — dedicado à Figueira da Foz uma sessão logo pela manhã e junto ao recinto da Festa preenchida com «jogo da malha», a que se seguirá um almoço-convívio; às 21 horas — ponto alto da Festa — terá lugar no exterior do recinto um Comício onde o orador o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerrando-se a realização com um espectáculo onde estarão Pedro Barroso, ramos folclóricos e outras atracções locais.

## Sesimbra

A viagem para o local será de barco; a partida para o lugar, pelas 8 horas, no porto de abrigo de Sesimbra no próximo dia 8 de Agosto, um domingo. Objectivo: praia do Cavalo para uma sardinha! Duzentas «bancas» dão direito a sardinha, pão e salada. As inscrições estão abertas no Centro de Trabalho do Povo de Sesimbra e a iniciativa pertence à Comissão do Concelho do PCP.

Camaradas e amigos de Sesimbra, ou que por aí estejam na altura: nada de perder este petisco que mete passeio de barco e tudo!



# aluta são onde estivermos!

## Grândola

A realização de alguns encontros que estiveram previstos para a Festa do «Avante!» deste ano e que, pelas razões atmosféricas que se conhecem, não se concretizaram, constitui um dos «pratos fortes» da Festa da Fraternidade a realizar em Grândola no próximo sábado, dia 31. É o seguinte, o calendário:

**10.00 h:** meia-final de futebol de salão feminino discutida entre Sesimbra e Seixal;

**11.00 h:** meia-final de futebol de salão a disputar por Alcácer do Sal e Barreiro;

**17.00 h:** jogo de basquetebol entre Alcácer do Sal e Barreiro;

**18.00 h:** final de futebol de salão feminino (decidida previamente pelas equipas vencedoras das meias-finais da manhã).

## Ermidas do Sado

Chama-se «Festa da Unidade» — o que não é por acaso — e estará em Ermidas do Sado, junto ao parque infantil, em 31 de Julho e 1 de Agosto, numa iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP.

Haverá uma intervenção política com o camarada Sousa Marques, deputado do PCP na Assembleia da República, e um espectáculo onde actuará Fernando Farinha, para além da animação que sabemos e passa pela Festa que sempre somos.

Aos camaradas e amigos de Ermidas do Sado é necessário alertar para uma Festa que eles próprios erigem; aos visitantes que na altura por lá estejam, uma observação: olhem que aquilo é mesmo a 31 de Julho e 1 de Agosto! Depois não venham com lamentações de que perceberam mal a data...

## Faro

A Festa da Amizade, em Faro, é uma iniciativa que já ganhou raízes na capital algarvia. No próximo fim-de-semana, nos dias 31 de Julho e 1 de Agosto, a comissão concelhia local promove a terceira edição dos festejos, na esplanada de S. Luís Parque.

Juntar o útil ao agradável é um dos objectivos da Festa da Amizade, que conjugando as iniciativas de carácter político com as actividades culturais e recreativas obterá certamente o êxito dos anos anteriores.

Assim, os visitantes do S. Luís Parque encontrarão durante os dois dias de festa um espaço de convívio, de diálogo, de alegria, divertimento e amizade: desde os pavilhões de comes-e-bebes, do café aos bolos regionais, passando pelo stand do artesanato, das Associações de Amizade, da Juventude e dos Pioneiros, dos livros aos discos e sem esquecer a quermesse, o difícil será não encontrar qualquer coisa de agrado.

Na parte política há a salientar a exposição dedicada às autarquias APU, onde todos poderão observar as realizações, avanços e crescimento desta força que tanto tem contribuído para a melhoria das condições de vida local, bem como outra sobre a actividade do PCP no concelho de Faro. A intervenção política está a cargo de Blanqui Teixeira, do Secretariado do CC do PCP.

A parte recreativa da Festa assegura para os dois dias a presença de vários artistas, conjuntos e ranchos folclóricos. Paulo de Carvalho, Pedro Barroso, Grupo Rumo Novo e Conjunto Pop's 71, Ranchos de Tavira e Estoi e duas classes de ginástica do Club Náutico do Guadiana, são algumas das participações que enriquecem o programa e que é preciso não perder.

As crianças também não foram esquecidas, sendo-lhes dedicada a manhã de domingo com música, jogos e diversões várias.

O que significa que todos são bem-vindos à Festa da Amizade. É só andar munido de um livre trânsito (LT) e a Festa é um passaporte para a Amizade.

## JCP

### • Acampamento de verão

As Comissões Concelhias de V. N. Gaia e Gondomar da JCP, vão realizar o seu acampamento de Verão da juventude que este ano decorre sob o lema «Pela Paz e a Amizade».

O acampamento será realizado nos terrenos do futuro parque de campismo de Gaia, junto à praia da Madalena e decorre entre os dias 31 de Julho e 8 de Agosto com uma inscrição de 100 escudos.

Durante o acampamento será realizado um vasto programa de carácter cultural, recreativo e desportivo.

### • Acampamento na serra da Estrela

Atenção malta de Manteigas, Guarda, Covilhã, Seia, Gouveia, etc: inicia-se já a 14 de Agosto o Acampamento da JCP em Vale do Rossim (Serra da Estrela), que se prolongará até ao dia 22 sob o lema «Pela Paz, pela Amizade!» Lá terão canto livre, natação, jogos diversos, fogo de campo, muita alegria e camaradagem, os bons ares da serra, uns dias de férias inesquecíveis!

Antes de mais algumas recomendações práticas: não se esqueçam da tenda, dos calções de banho, da viola se a tiverem e... da alegria! A coisa promete, mas é preciso começar-se já a pensar nisso pois o tempo aperta e é sempre bom ter-se tudo a tempo e horas.

Para mais informações dirijam-se aos Centros de Trabalho do PCP da vossa região. E... bom acampamento!

## Portimão

Agosto é um mês de férias. As férias trazem sempre um sabor a festa, mesmo quando não são o que se deseja. Foi a pensar em tudo isto que a Comissão Concelhia de Portimão do PCP teve a feliz ideia de realizar a Festa de Agosto.

O local escolhido foi o Largo da Feira e a data fixada os dias, 6, 7 e 8 ... de Agosto, evidentemente.

A animação do programa está a cargo de artistas tão conhecidos como Carlos do Carmo, Carlos Mendes, conjunto Pedro Osório, Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos, Grupo Novo Rumo e fadistas do «Fado de Abril». E é claro que todas as noites de festa haverá baile, animado pelo Pop's 71.

Mas a Festa de Agosto é sobretudo confraternização. E a prová-lo, para além da parte recreativa, lá estará presente uma exposição política da Organização Regional de Lisboa e da JCP lado a lado com a realidade de Portimão e com a exposição sobre Poder Local, o tema dominante. Os livros e os discos, os bolinhos regionais e outras especialidades gastronómicas também não faltarão, sendo de registar a possibilidade de comprar produtos da Reforma Agrária.

A intervenção política está a cargo do camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP e será no dia 8.

O Livre Trânsito já está à venda. Para quê esperar pela última hora? A Festa de Agosto promete ser quente, pelo menos em alegria e fraternidade!

## Casebres

Nos dias 7 e 8 de Agosto realiza-se em Casebres, concelho de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal, a Festa da Alegria.

Como vêm sendo hábito neste estilo de iniciativas do Partido abertas a toda a população, para além da parte política haverá diversões várias, para os visitantes de todas as idades. De realçar a apresentação no sábado, dia 7, às 20.30 horas, duma revista que conta com a participação de José Viana e Dora Leal.

## Pinhal Novo

É já amanhã que começa, prolongando-se até dia 1 de Agosto a «Festa Amiga», que pela terceira vez se realiza em Pinhal Novo.

Do vasto programa, destaca-se o fado, canção, folclore, teatro e palhaços. O desporto estará presente na Festa com provas de atletismo, xadrez, damas, chiniquinho e jogos populares.

No domingo, às 21 horas haverá um comício de encerramento, com o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central.

## Valverde

Com o baile do dia 31 animado pelo conjunto «Retrospectiva» e a sessão de Fados às 18.30, no dia 1 de Agosto, contando com a presença de Fernando Farinha, temos referenciada a «espinha dorsal» dos espectáculos que integrarão a «Festa da Amizade» que terá lugar em Valverde, Santiago do Cacém, nos dias 31 de Julho e 1 de Agosto; a iniciativa parte da Comissão de Freguesia do PCP.

Haverá também um comício onde usará da palavra o camarada Rogério Brito, deputado do PCP na Assembleia da República, o que acontecerá às 20 h do dia 1. A Festa, como o nome indica, tem a ver com a amizade e está aberta a todos que por lá estejam na altura — e na altura alguns compreenderão que não perderam o seu tempo!

Sendo que, certo certo, todos de lá sairão dando o tempo por bem empregue...



## Trabalhadores

## SUMÁRIO DAS LUTAS

• **Cometna** — Dezenas de processos disciplinares, alguns com intenção de despedimento, e ameaças sobre 200 trabalhadores caracterizam a fase mais recente da escalada contra os órgãos representativos dos trabalhadores da Cometna que recentemente encabeçaram, juntamente com os Sindicatos, um processo reivindicativo destinado à negociação de novos salários e regalias sociais. A administração, segundo um comunicado da célula do PCP na empresa, «ao procurar destruir a organização dos trabalhadores, assume-se como verdadeiro instrumento da política reaccionária e fascista da "AD", isto é: a destruição das organizações dos trabalhadores e do movimento operário e popular é condição básica para a "AD" liquidar as liberdades e a democracia e instalar uma nova ditadura». Depois de referir que «a origem de todos os conflitos existentes na empresa têm a sua raiz na política reaccionária e fascista desta administração», a célula do PCP na Cometna afirma ser do «conhecimento geral dos trabalhadores que existem provas concretas de que a administração financiou o CDS para a realização do I Congresso dos autarcas desse partido. Perante este facto de tamanha gravidade» a célula pergunta, legitimamente, se não haverá outros casos do mesmo tipo e adianta que «esta questão deve ser, de forma transparente, urgentemente esclarecida» sendo de exigir entretanto que a administração reponha «a verba retirada do património da empresa para financiar o CDS». Recorde-se que a Cometna é uma empresa do sector empresarial do Estado, uma empresa participada com 99 por cento de capital público. «Se à administração restar alguma dignidade — acrescenta o comunicado — deve pedir de imediato a sua demissão, pois perante um caso tão grave de corrupção e lesa-empresa não há outro caminho», refere a célula do PCP.

Anteontem, os trabalhadores concentraram-se frente à Cometna em Lisboa exigindo precisamente a demissão dos administradores.

• **Fábrica de Loíça de Sacavém** — Um comunicado da administração anuncia 21 despedimentos e 80 suspensões. Anteriormente tinham sido despedidos 12 trabalhadores. A vaga repressiva é assumida com arrogância pela administração.

• **Indústria Naval** — Um comunicado de 26 do corrente distribuído pela Comissão Coordenadora das CT's da Indústria Naval refere «uma audiência com um dos assessores da Presidência da República, general Ramalho Eanes, com o objectivo de entregar o abaixo-assinado que circula pelos trabalhadores da indústria naval no decurso da semana de luta de 12 a 15 do corrente mês e que obtive 52,9 por cento de assinaturas de trabalhadores do sector». O documento pede a demissão do Governo «AD».

• **Grupo Mondego** — Empresas têxteis dos Mellos. Várias atitudes repressivas apontam para despedimentos colectivos. Em risco 800 empregos. Em plenário os trabalhadores decidem combater o plano dos Mellos apoiados pelo Governo «AD».

• **Metalúrgicos** — Sindicatos e ORT's dos sectores da metalurgia e metalomecânica decidem prolongar pelo mês de Agosto a sua luta contra as posições do patronato, que pretende impor o tecto salarial «AD». Paralisações entretanto cumpridas (4 horas cada) em 22 e 23 do corrente. No dia seguinte, 24, reuniu-se o plenário da Federação, decidindo continuar a luta por um CCT justo. As adesões são geralmente altas. De salientar no entanto, as percentagens da Secca e de outras empresas do distrito do Porto como a Metalúrgica da Longra e Rio Sousa com cerca de 100 por cento, a Sepsa com 92 por cento e os 98 por cento dos Estaleiros de Viana do Castelo.

• **ORMIS** — Tentativa de despedir numerosos trabalhadores em Alcochete para os substituir por contratados a prazo. As ameaças recaem, selectivamente, sobre os trabalhadores mais capazes de defender os interesses gerais dentro da empresa e de se oporem à repressão.

• **Metalúrgica da Longra** — Paralisação por salários em atraso.

• **SIAF (multinacional)** — Greve de 24 horas no final de uma semana de luta por negociação de um caderno reivindicativo apresentado em Janeiro.

• **Arrasto costeiro** — A Comissão Negociadora Sindical rejeita contraproposta dos armadores. Desde Setembro do ano passado que várias paralisações têm assinalado a luta dos pescadores por um contrato justo.

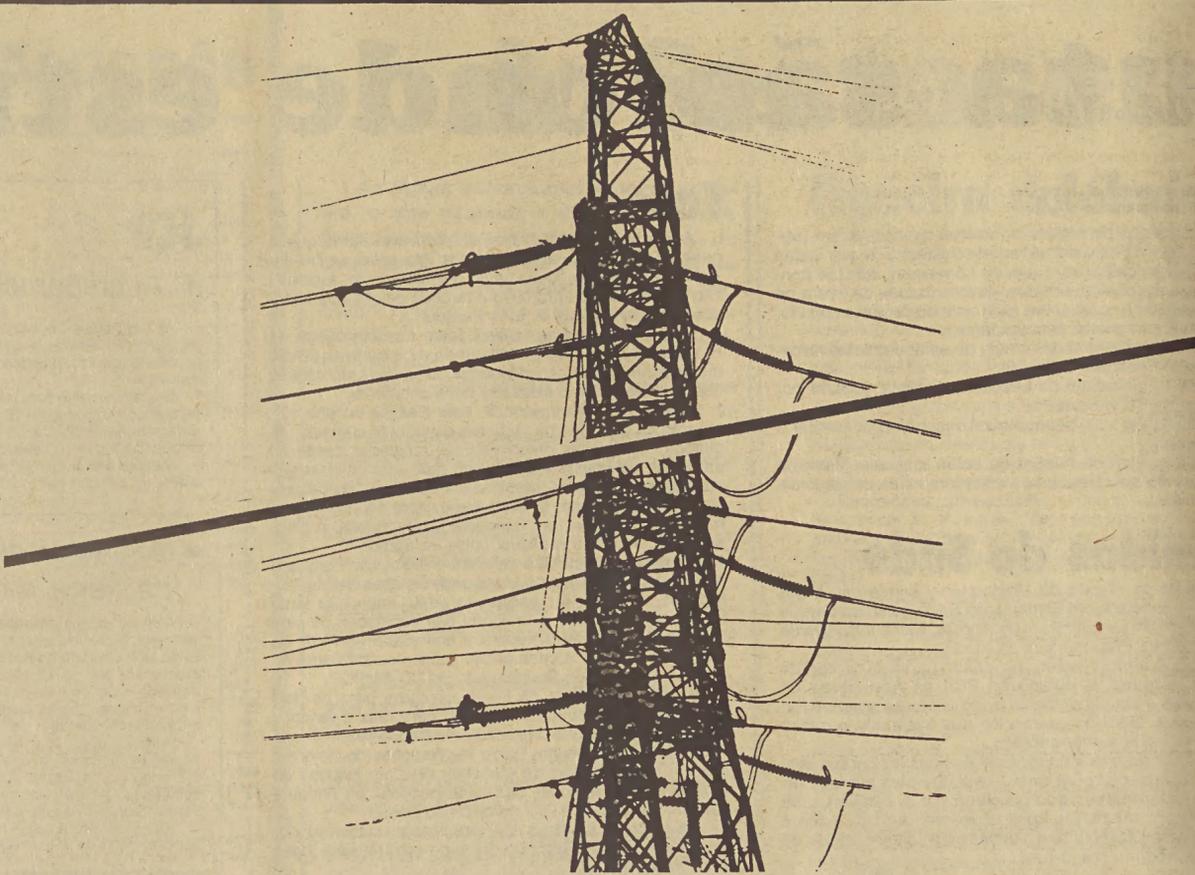
• **Messa** — Depois da concentração do dia 20 em Lisboa, a garantia dos postos de trabalho continua a preocupar os trabalhadores e os seus órgãos representativos.

• **Hotelaria do Algarve** — Por reivindicações de ordem salarial previstas paralisações a iniciar no domingo, dia 1, às 6 horas da manhã.

• **SIPE (Carcavelos)** — Cerca de 950 trabalhadores, sem segurança de emprego, não recebem integralmente os salários. Com o apoio das organizações representativas, designadamente o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, os trabalhadores propõem-se lutar pelos seus direitos e exigem o saneamento financeiro da empresa.

• **CIT** — Depois da recusa das horas extraordinárias até 23 do corrente, a Comissão Negociadora Sindical foi mandatada para agravar as formas de luta pela conclusão do contrato.

• **Quimigal** — Os trabalhadores da Quimigal do Barreiro podem actuar formas de luta, se não forem arquivados processos disciplinares com base nas greves gerais.



# DESMANTELAR A EDP

Mais um passo na ofensiva contra as nacionalizações, mais uma criminosa operação do governo "AD" contra os interesses do País, do povo e dos trabalhadores

Com uma resolução do Conselho de Ministros tornada pública este mês — a resolução n.º 112/82 — o governo Balsemão/Freitas deu um passo decisivo na ofensiva contra as empresas nacionalizadas, visando neste caso uma das mais importantes: a EDP.

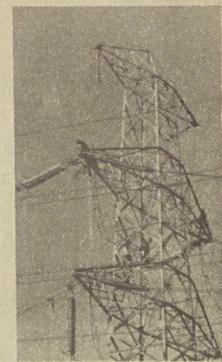
O ataque contra a EDP não é uma manobra recente e, ao longo dos diversos governos de direita, conheceu já diversas expressões e ensaios. A importância da empresa e a complexidade das questões energéticas obrigam neste sector a prudências que não se compadecem com as ofensivas de tipo mais descarado e linear como numa Setenave, numa Lisnave ou no sector têxtil onde a palavra de ordem é pura e simplesmente entregar tudo e o mais depressa possível ao capital privado.

Com electricidade — a coisa é mais perigosa!

No essencial, a Resolução n.º 112/82 desafecta da actividade da EDP a distribuição da corrente em baixa tensão que passa a ser feita pelas autarquias locais que, em todo o caso, poderão fazer-lo directamente ou em regime de concessão à própria EDP. Para compreender, por um lado, o significado e alcance da medida e, por outro, os cuidados e malabarismos que ela revela há que voltar um pouco atrás no tempo.

## Do fascismo ao 25 de Abril

Como assinala um documento recentemente divulgado pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, o essencial do sector



eléctrico português antes de 1974 residia em 14 grandes empresas, das quais «a ex-CPE, Companhia Portuguesa de Electricidade representava o expoente máximo de concentração por deter em quase exclusividade os meios de produção e transporte de energia eléctrica».

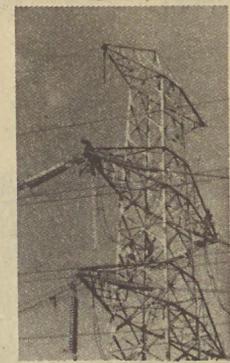
Convém recordar que a electricificação e muito especialmente os investimentos vultosos ao nível produtivo (barragens, centrais, etc) foram feitas por empresas privadas que contaram com enormes capitais do Estado, conseguidos muito especialmente através da mobilização dos fundos das Caixas de Previdência: foi um dos processos mais lineares e correntes do salazarismo o investimento de dinheiros públicos em empresas cujas rédis e dividendos ficavam nas mãos dos grandes grupos monopolistas.

No que se refere à distribuição de energia em baixa tensão, a Lei n.º 2002 do fascismo que estabeleceu os critérios de electricificação, estabeleceu um sistema híbrido, mal dimensionado e confuso que, em 1974, estava na prática a cargo de 160 unida-

mente vocacionadas para um conhecimento directo dos interesses e necessidades das populações) estão representadas no conselho de gestão da EDP e a sua audição é necessária para projectos e obras que envolvam o interesse das populações.

O PCP definiu com linear clareza a sua posição quanto ao problema na sua Conferência sobre o Poder Local onde Carlos Costa afirmaria designadamente:

«Defenderemos a integração da distribuição da energia eléctrica na EDP, mas só na medida em que fique garantida a participação do poder local, não ape-



nas no Conselho Geral da empresa, mas também a outros níveis nos quais caiba às autarquias um papel decisivo no levantamento de carências, na definição de prioridades, na fixação de prazos de execução das obras».

## Um trabalho positivo

Apesar das dificuldades, a EDP desenvolveu um papel positivo no seu sector. Foram já construídos mais de 2 milhões de quilómetros de linhas e ligações a mais de 600 postos de transformação que beneficiam directamente mais de 120 mil portugueses em regiões como Trás-os-Montes e Alto Minho e distrito de Castelo Branco.

Por outro lado, a centralização e planificação dos investimentos da EDP tem permitido a celebração de contratos programados com diversos sectores da indústria portuguesa (metalomecânica, material eléctrico, etc) com os naturais reflexos positivos no seu desenvolvimento e produção.

Finalmente, o estabelecimento de um tarifário único para a electricidade permitiu iniciar a correcção de graves desequilíbrios regionais, embora neste sector problemas vários surjam devido à falta de decisão e resolução de critérios e objectivos.

Igualmente no que se refere aos 19 000 trabalhadores da empresa, o funcionamento da EDP tem permitido uma regularização de situações salariais através da existência de um Acordo de Empresa e de regalias internas uniformizadas através do Estatuto Unificado de Pessoal. Como salienta o documento da Federação dos Sindicatos já referido, «esta situação é uma conquista muito querida de todos os trabalhadores da EDP, inclusivé aqueles que foram integrados no quadro de pessoal da EDP ao longo de todo o processo de integrações já realizadas. Porque as discri-

minações profissionais e salariais não têm lugar, quer os trabalhadores sejam de Trás-os-Montes ou do Algarve».

Entretanto, um problema tem vindo a afectar gravemente a EDP: as dívidas de alguns dos seus mais importantes clientes, algumas autarquias. Presentemente, o débito atinge já mais de 30 milhões de contos, quantia que facilmente se prevê que cause problemas graves de tesouraria à empresa. Para além de problemas de gestão (a percentagem das autarquias devedoras com maiorias de direita é esmagadora), é evidente que a questão se prende também com a não aplicação da Lei de Finanças Locais através do que o governo «AD» privou muitas autarquias de meios económicos para resolverem compromissos assumidos. Meios ligados à EDP não escondem contudo que a indiferença oficial face ao problema dos débitos não está atada da dupla jogada do governo de afectar economicamente a empresa pública EDP e apoiar os seus caciques locais.

Um esquema bastante comum nas manobras contra as nacionalizadas: fazer o mal e a carunha.

## A ofensiva da direita

Já em 1980, o governo Sá Carneiro, através da resolução n.º 213-A iniciava a manobra de ataque à EDP com o pretexto exactamente das dívidas das autarquias que nessa altura rondavam os 10 milhões de contos. Claro que não foram porém tomadas quaisquer medidas e o débito não fez outra coisa senão... crescer!

Em Setembro de 1981, o ministro «AD» Álvaro Barreto voltava à carga falando já claramente do desmantelamento da EDP com um plano que envolvia a criação de quatro empresas regionais de distribuição de energia eléctrica coincidentes com as regiões plano e mais duas empresas, uma responsável pela produção e transporte e outra (holding) responsável pelo planeamento e aspectos financeiros de investimento.

Como desde logo foi denunciado, de novo a questão da rentabilidade e da descentralização administrativa (que Álvaro Barreto invocava como justificando a «regionalização» da EDP) não passavam de débeis pretextos: no essencial, o governo «AD» assegurava para o poder central ou para o capital privado (na perspectiva de futuras nacionalizações ou «aberturas») a empresa «holding» que reteria os principais meios financeiros e de decisão tecnológica e política.

O projecto encontrou oposição a vários níveis e as próprias autarquias manifestaram então dúvidas quanto à ideia, até na medida em que toda ela fora congeminação ao arripio do poder local que apenas aparecia como chapéu de chuva a bastante claras intenções.

A presente resolução poderá significar um recuo em relação à anterior, mas introduz a novidade de pretender retirar à EDP toda a rede de baixa tensão, passando-a para as autarquias. É claro que esta passagem para as autarquias é inteiramente artificial e a própria decisão o evidencia quando refere que os municípios poderão fazer a distribuição «em regime de exploração directa, de associação de

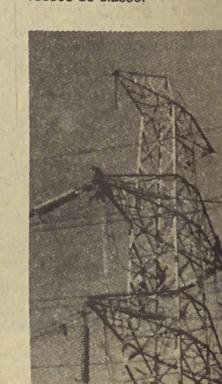
municípios, de empresas públicas de âmbito regional de que participem ou em regime de concessão à EDP».

O esquema é evidente: pretende-se regredir no tempo à situação de antes do 25 de Abril em que os municípios poderão, desde que nas mãos do cacique de direita, funcionar como porta para a constituição com o capital privado de novas empresas de distribuição eléctrica. Com a agravante de essas empresas poderem ser puros fantasmas que apenas funcionarão para estabelecer contratos de concessão com uma EDP à qual retirará assim, canalizando para o sector privado, grossa fatia dos resultados. O que, no essencial, corresponde ao esquema da direita quanto ao esquema de nacionalizadas conduzida pela direita: deixar no sector público tudo o que exija investimentos a longo prazo e que tenha menores (ou inexistentes) margens de lucro, e entregar ao sector privado tudo o que possa ser lucrativo.

Por outro lado ainda, esta operação daria uma demagógica cobertura ao «respeito» do governo «AD» pela regionalização e pela autonomia do Poder Local quando, muito ao contrário, se trata de evitar dotar as autarquias de reais meios de intervenção neste sector crucial e cobrir os resultados da não-aplicação da Lei das Finanças Locais.

E escusado será dizer que desmantelar a EDP está ainda inteiramente de acordo com a táctica da direita quanto aos trabalhadores, seus direitos e conquistas. A pulverização da poderosa unidade de produção que é a EDP em várias pequenas e médias empresas seria o caminho aberto para destruir tudo o que a unidade e a luta conquistaram já, acenar com o espectro e realidade do desemprego, fomentar e jogar nas assimetrias regionais.

Em suma, uma característica operação da direita no poder: contra os interesses nacionais, contra os interesses das populações, contra os interesses dos trabalhadores — em benefício de capitalistas e caciques.



## Vitória nos STCP

## Comité Local do Porto saúda os trabalhadores

O Comité Local do Porto divulgou recentemente a seguinte nota, a propósito da luta dos trabalhadores dos STCP:

«1. Ao fim duma luta que se arrastou por mais de quatro meses, foram finalmente satisfeitas as reivindicações fundamentais por que se bateram, com exemplar unidade e determinação, os trabalhadores dos STCP: tabelas salariais, complementos de reforma, subsídio de alimentação, faltas justificadas com direito a remuneração, etc.

Foi estrondosamente derrotado o tecto salarial do Governo «AD», estimando-se

ser o aumento global da massa salarial obtido da ordem dos 30 por cento.

Trata-se de uma profunda vitória dos trabalhadores, da sua luta, da sua firmeza e da sua unidade.

Trata-se de uma enorme derrota do Governo, que, sobretudo através do Ministério do Trabalho e do Conselho de Gerência dos STCP, tudo fez para cavir a divisão entre os trabalhadores, entre estes e a população. Insultou e caluniou a sua luta, resistiu até à última na tentativa de levar os trabalhadores a renunciar às suas justas reivindicações.

Só a unidade permanente

dos trabalhadores e a derrota dos esforços divisionistas de tentativas de negociações paralelas foram a chave da vitória.

2. O Comité Local do Porto do PCP, ao mesmo tempo que saúda calorosamente os trabalhadores dos STCP pela sua vitória, salienta mais uma vez a importância da compreensão e solidariedade recebida da população do Porto, na certeza que a luta hoje vitoriosa dos trabalhadores dos STCP é um contributo para a luta geral contra a política de miséria do Governo «AD», pela sua demissão, pela dissolução da AR e realização de eleições gerais antecipadas.

# Informação sindical

• **Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles de Portugal** — Segundo comunicado de 22 do corrente, esta Federação e os Sindicatos do sector decidiram «promover a realização de um Tribunal de Opinião Pública sobre a repressão no sector têxtil», que deve reunir nos finais de Setembro e no qual «serão julgadas as empresas onde a repressão é mais intensa, denunciando as formas de acção patronal».

O comunicado considera que a situação é grave. «O patronato do sector têxtil, com a cobertura dos divisionistas do Sinter-UGT e do Governo «AD» tem aumentado a repressão sobre os trabalhadores, atacando os direitos e liberdades sindicais, violando a lei da greve, violando os direitos das mulheres e demais trabalhadores, usando e abusando dos contratos a prazo e negando, inclusive, os direitos elementares dos cidadãos». O comunicado apela «a todas as pessoas, trabalhadores ou não do sector têxtil, que tenham conhecimento directo de situações de repressão, que se dirijam pessoalmente às instalações da Federação e dos Sindicatos, ou lhes enviem os seus depoimen-

tos pelo correio, devidamente identificados. A Federação responsabiliza-se por manter o anonimato dos seus autores como forma de evitar possíveis represálias».

• **Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora** — Num comunicado sob o título «Com o dinheiro do País e do Povo os agrários estão a encher os bolsos», o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora afirma que uma verba de cerca de 133 mil contos que devia servir, em 1981, para combater o desemprego nos distritos do Sul foi gasta em proveito dos agrários que «tiveram os lucros, e o desemprego não só ficou como aumentou de 4500 trabalhadores desempregados para 6500 no distrito de Évora, e no sector agrícola da zona sul, passando de 22 000 desempregados para 30 000». Denunciando a maneira antieconómica como este ano volta a ser gasto mais dinheiro do Fundo de Emprego, o Sindicato acrescenta que o «desemprego existe porque as herdades estão abandonadas e subaproveitadas; porque as barragens estão cheias de água e não são utilizadas; porque a azeitona e outros produtos não são aproveitados; porque os agrários com luz verde dos Governos «AD» estão a praticar sabotagem económica. São estas as razões por que milhares de trabalhadores agrícolas estão desempregados».

• **Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto** — A direcção eleita do STEDP, impedida em 1979 de exercer funções, depois de prolongadas diligências para repor a legalidade, emitiu um comunicado em 22 do corrente afirmando que «não aceita a repetição de eleições como forma de solucionar a presente crise, já que ninguém conseguiu provar nenhuma irregularidade no processo eleitoral de 1979 que interresse nos resultados apurados». E ainda porque «não pode deixar de dar cumprimento às deliberações da assembleia geral de 22 de Março de 1979, que ratificou a sua vitória eleitoral e decidiu a tomada de posse. A direcção eleita, que pretende tomar posse, pois ganhou «clara e democraticamente» as eleições em 22 de Fevereiro de 1979, acrescenta que o Sindicato continua «ocupado ilegalmente por

**Curso de Economia Política**

G. Kozlov  
ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO



É imperioso conhecer as leis da Economia Política para compreender os fenómenos da vida social.

1.º e 2.º volume à venda.  
edições Avante!

Poder local

As malhas antidemocráticas de que a "AD" se tece

No projecto Martins Moniz ninguém pega - nem, para já, os grandes empreiteiros! E, no entanto, a obra promete ser lucrativa... Bom samaritano de tudo o que é especulador (e, quem sabe? sonhando-se ali eternizado, à falta das Torres do Tejo que não consegue pôr de pé), Abecasis insiste: anúncio que prossegue negociações para adjudicação das obras.

- e de carácter social: o empolamento do sector terciário numa área já dele saturada, a multiplicação de centros comerciais que inevitavelmente prejudicará o pequeno e médio comércio que prolifera naquela zona.

- Em Lisboa não desiste da especulação
• Em Penacova usurpa as competências da AR

nomeadamente contemplado na Lei Eleitoral para as autarquias que há semanas fez aprovar na AR e que obviamente não será promulgada porque é inconstitucional. Mas esta é, seja como for, matéria do âmbito da Assembleia da República, e nenhum órgão autárquico pode aduzir-lhe disposições restritivas.

O prédio que Abecasis vistoriou - e caiu

1. Mais um prédio ruiu em Lisboa. Desta vez foi o n.º 45 da Av. das Forças Armadas e o balanço é trágico, morreram 2 mulheres, 4 pessoas ficaram feridas, incluindo 2 bombeiros, mais 20 ficaram sem casa e só por mero acaso o acidente não atingiu proporções ainda mais dramáticas.

2. O Comité Local de Lisboa do PCP lamenta profundamente as vidas perdidas e endereça as suas mais sentidas condolências às famílias das vítimas. Ao mesmo tempo reclama imediatas providências por parte da CML no tocante ao rápido realojamento das famílias atingidas, em casas camarárias.

3. Ao tomar conhecimento desta grave ocorrência e dos seus antecedentes o CLL do PCP não pode deixar de denunciar firmemente a comprovada incuria da Câmara AD e do seu presidente CDS, os quais conhecedores em tempo útil da perigosa situação de degradação do imóvel não accionaram os convenientes mecanismos ao seu dispor para que a tragédia fosse evitada.

4. Para além disto, o CLL do PCP não pode também deixar de chamar a atenção e denunciar a gravidade do comportamento do empreiteiro da obra dos terrenos anexos o qual, sentindo-se estimulado pelo clima geral de permissividade que os especuladores sentem de novo em Lisboa face à política de destruição da cidade da Câmara AD e à cobertura de que gozam, não hesitou em escavar até aos caboucos do prédio que ruiu e em utilizar máquinas geradoras de vibrações que o prédio degradado adjacente já não suportava, demonstrando assim uma total falta de escrúpulos.

5. No entender do CLL do PCP para além do ambiente de permissividade geral existente, outros factores contribuem ainda para a ruína dos prédios de mais de metade da cidade (bairros antigos conhecidos por "casco velho") e para os desabamentos que, apesar das favoráveis condições climáticas dos últimos anos, começam a ocorrer com uma frequência preocupante.

6. Nestas circunstâncias, o CLL do PCP considera absolutamente ridículo que a Câmara venha afirmar em comunicado que o prédio da Av. das Forças Armadas caiu por acção "de um qualquer agente desestabilizador" (sic) não identificado. Isto prova a sua inoperância, incompetência e sugere já uma tentativa para lavar as mãos das responsabilidades que lhe incumbem.

7. O Comité Local de Lisboa do Partido Comunista Português, face às ocorrências e aos elementos já conhecidos, exige o total esclarecimento deste gravíssimo acidente, o consequente apuramento de responsabilidades, bem como o desencadear imediato de todas as diligências para que as famílias desalojadas, para além do seu realojamento, sejam convenientemente indemnizadas das perdas de praticamente todos os seus haveres.

A CÂMARA AD NÃO SERVE. É NECESSÁRIA E URGENTE A SUA SUBSTITUIÇÃO POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA, HONESTA E COMPETENTE.

Terra



MAPRU exige aumento das pensões

Sob o título «os agricultores têm direito a uma vida digna, têm direito à saúde», a direcção do Movimento de Agricultores por Uma Melhor Previdência Rural (MAPRU) divulgou recentemente um comunicado onde reclama o imediato aumento para 4000 escudos das pensões de invalidez e velhice dos agricultores.

Estes aumentos, incompatíveis para a maioria dos agricultores foram decretados sem que houvesse qualquer melhoria nos serviços prestados pela assistência médica, acusa ainda aquela organização.

solução para esta gente é ficar em casa sem tratamento ou deixar-se morrer sem assistência médica? Depois de sublinhar que o direito à saúde, assistência médica, pensões e outros benefícios sociais não podem ser encarados como esmolas nem favores, mas sim como direitos que assistem aos agricultores reformados, a direcção do MAPRU exige a anulação do «imposto» de 25 escudos por receita, a anulação do aumento do preço das consultas que subiram para os agricultores no espaço de um ano de 2350 para 30 escudos e de 750 para 120 escudos; a anulação do pagamento dos tratamentos e internamentos hospitalares; e, por último, o cumprimento do preceituado no Artigo 64.º da Constituição onde se afirma que o direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito.

A Câmara "AD" do Porto e o escândalo dos desalojados

Os deputados municipais da APU, assim como os do PS, o da UDP e o secretário da Mesa abandonaram a sessão da Assembleia Municipal do Porto realizada na passada semana, em protesto contra mais uma ausência deliberada do presidente "AD" da Câmara, Coelho de Magalhães, e tornaram pública a sua decisão de não voltar à Assembleia até que lhes sejam dadas garantias formais de que o presidente estará presente.

Situações de irregularidade altamente lesivas dos interesses da cidade e da população como é a dos SMAS, de que é igualmente presidente, cujo plano e orçamento se recusa a discutir com os deputados municipais, arrastam-se e agravam-se enquanto vão transpirando indícios (e provas) segundo os quais, por detrás das suas fugas ao controlo democrático, estão negociadas em que, ao serviço da sua clientela "AD" (com destaque para grandes empreiteiros e especuladores), ocupa o tempo que diz faltar-lhe para o cumprimento das suas obrigações legais.

Casas existem - para os desalojados é que não! Vítimas maiores deste comportamento fascizante da "AD"

Reunião da JCP sobre autarquias

Os participantes pronunciaram-se ainda pela necessidade de uma maior intervenção da JCP na elaboração dos programas eleitorais, bem como a inclusão de um número cada vez maior de jovens nas listas APU. Neste âmbito considerou-se ser preciso começar a trabalhar desde já nas Comissões Eleitorais do Partido, bem como na formação de Comissões de Jovens de apoio à APU.

Reunião da JCP sobre autarquias. Os participantes pronunciaram-se ainda pela necessidade de uma maior intervenção da JCP na elaboração dos programas eleitorais, bem como a inclusão de um número cada vez maior de jovens nas listas APU. Neste âmbito considerou-se ser preciso começar a trabalhar desde já nas Comissões Eleitorais do Partido, bem como na formação de Comissões de Jovens de apoio à APU.

eleições autárquicas, a direita obteve mais de 50% dos votos. Também recentemente, um vereador da Câmara e seu vice-presidente, Daniel Martins, eleito pelo PSD, pediu a suspensão do mandato com o argumento de que vai ausentar-se para o estrangeiro. Irá ou não - mas a razão verdadeira esteve no inquérito que, a requerimento do deputado do PCP pelo distrito de Coimbra, lhe foi ordenado «por causa dos negócios do Sr. Daniel Martins com a Câmara e da Câmara com o sr. Daniel Martins».

Foi uma primeira vitória - do PCP, e dos democratas que não pactuam com a corrupção. A luta, porém, não terminou: a Comissão Concelhia do PCP alerta para o facto de este inquérito e a suspensão do mandato poderem constituir «um afastamento táctico com vista a fazer esquecer o escândalo, e proporcionar um regresso em situação de calma às listas do PSD na próxima campanha eleitoral».

Festa de solidariedade no bairro da Sé

O Terreiro da Sé encheu-se de gente no passado sábado durante a festa que a APU ali organizou, simultaneamente de solidariedade e de homenagem à unidade e combatividade que os desalojados daquele bairro, como os de Miragaia, têm demonstrado nestes sete meses decorridos desde as cheias, na luta por casas definitivas e condignas.

Rolando Gomes, eleito pela APU à Assembleia de Freguesia da Sé, saudou na sua intervenção a unidade dos desalojados e restantes moradores da freguesia, e reafirmou que a Junta se baterá até ao fim pelo alojamento de todos em bairros camarários, «onde - sublinhou - há casas que chegam e sobram». Na intervenção que também fez, Oliveira Dias, vereador da APU na CM do Porto, denunciou o facto de a solução final ainda não estar à vista "devido aos boicotes da "AD" e às hesitações e oportunismo do PS que, nomeadamente, rejeitaram uma proposta da APU no sentido de que a comissão para atribuição de 47 pré-fabricados no Freixo (uma decisão dilatária recentemente tomada pelo executivo camarário) intergrasse representantes dos desalojados e que a mesma comissão se ocupasse também do problema de um ponto de vista global".

Agricultores de Viseu repudiam eventuais aumentos dos adubos e rações

«O pagamento a todos os agricultores de 80 por cento dos prejuízos referentes às geadas de Maio último; a atribuição de créditos acessíveis e bonificações para os agricultores sinistrados; a imediata revogação do decreto-lei que cria a taxa sobre o gado abatido», foram algumas das reclamações apresentadas pela União de Agricultores de Viseu ao ministro da Agricultura Comércio e Pescas e aos secretários de Estado da Produção Agrícola e do Comércio Interno por altura da visita que estes membros do Governo efectuaram no último fim-de-semana àquela capital de distrito.

Classificando a actual situação de muito grave, senão mesmo catastrófica, os agricultores de Viseu consideram que as medidas tomadas pelo Governo relativamente à carne, gasóleo, adubos e rações, ao contrário de melhorarem a situação vêm

agravar ainda mais as consequências dos prejuízos que as geadas provocaram. O montante desses prejuízos ascende só no distrito a mais de cem mil contos o que corresponde ao total da verba que o Governo atribuiu para indemnizar os agricultores de todo o país.

Os agricultores manifestaram ainda a sua solidariedade para com os Conselhos Directivos dos Baldios exigindo a revogação do diploma aprovado na generalidade pela Assembleia da República onde «pela porta do cavalo» se processou o acordo para a «entrega da posse e administração dos baldios às autarquias locais».

Alerta da CNA: "Plano de mudança da agricultura" a mudar alguma coisa seria para pior

Passando em revista os actuais problemas com que se debate a lavoura portuguesa, os agricultores presentes no plenário do Conselho Nacional da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), realizado no último fim-de-semana, em Coimbra, expressaram a sua convicção de que o anteprojecto do chamado «Plano de Mudança da Agricultura» não iria mudar a nossa agricultura para melhor, receando-se antes que a aplicação das medidas nele preconizadas «comprometeria o futuro desenvolvimento da agricultura e agravaria a actual situação».

«A ameaça concreta de revogação das leis dos baldios pela via indirecta da aprovação da nova lei das autarquias» mereceu também uma análise atenta da reunião que considerou que tal facto, a consumir-se, trará «perigosas consequências» em particular na paz social das populações serranas. Nesse sentido, a CNA declarou o seu total apoio e solidariedade activas às lutas que os compartos dos baldios e os respectivos Conselhos Directivos vêm desenvolvendo em defesa dos seus direitos.



«A imediata abertura dos prazos para entrega dos pedidos respeitantes ao subsídio de gasóleo; a exigência do pagamento do bónus do arroz relativo ao ano passado a todos os produtores da região, assim como a actualização para 25 escudos o quilo do preço de garantia à produção; e o aumento imediato para 4000 escudos das pensões de invalidez e velhice dos agricultores, foram outras tantas reivindicações aprovadas pelos participantes.

«A possibilidade de novos aumentos nos adubos, rações e pesticidas foi severamente criticada pelo Conselho Nacional da CNA que manifestou a sua «total oposição» a tais medidas, alertando ao mesmo tempo para as «graves consequências» que daí adviriam para os agricultores e para a produção agrícola nacional.

BREVES

• Assembleia da AECOD amanhã em Lisboa

Está marcada para amanhã, sexta-feira, no Centro de Trabalho Vitória do PCP, a primeira assembleia distrital da "Poder Local - Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas", durante a qual serão discutidos e aprovados documentos relativos à vida da Associação, incluindo o seu regulamento interno, e eleita a Comissão Executiva Regional. A Associação marcou já para o próximo dia 2 de

Agosto, pelas 10 horas e no mesmo local, uma conferência de imprensa da Comissão Executiva eleita para dar conhecimento público das conclusões e decisões da Assembleia Regional.

A AECOD, recorda-se, é a concretização de uma iniciativa inédita no quadro político português. Tem por fim defender e pugnar pelo desenvolvimento do Poder Local democrático e contribuir

• APU de Braga prepara autárquicas

Realizou-se no passado sábado, na Escola do Ciclo Preparatório de Guimarães, um encontro distrital de Braga de comissões e de activistas e eleitos da APU, que discutiram e concluíram sobre as grandes linhas de orientação e os objectivos a alcançar nas eleições autárquicas que se avizinham. O

encontro inscreveu como objectivos ao alcance da APU o aumento do número de candidaturas e o reforço da votação no distrito, considerando-os como condições fundamentais para consolidar o Poder Local democrático e contribuir para a defesa dos interesses das populações.

## Internacional

# LÍBANO: O MASSACRE

«O presidente Arafat aceita todas as resoluções das Nações Unidas relativas à questão palestina» — este o texto do documento que o líder da Organização de Libertação da Palestina (OLP) teria assinado, após reunião com uma delegação de congressistas norte-americanos chefiada por Paul McCloskey, no início desta semana.

A importância política da decisão de Yasser Arafat, num momento em que as negociações sobre o Líbano e a OLP pareciam ter chegado a um impasse, quando as tropas sionistas apertam o cerco a Beirute e tornam cada dia mais provável o genocídio dos resistentes palestinos e libaneses, não pode ser subestimada.

A reacção de Israel e de Washington não se fez esperar. Apanhado de surpresa, o governo sionista não encontrou nada melhor do que a estafada acusação de «manobra de propaganda» OLP; a administração Reagan, por seu turno, recusou dar resposta à OLP sem esta aceitar, explicitamente, as resoluções 242 e 338 da ONU, que implicam o reconhecimento da existência do Estado de Israel.

Afirmar que tais pretextos são ridículos é pouco. Israel podia igualmente numa «manobra de propaganda» reconhecer a OLP e o direito do povo palestino à autodeterminação e à independência; mas não se atreve a fazê-lo; Washington não pode fazer duas leituras de um texto tão explícito que refere a aceitação de todas as resoluções das Nações Unidas.

O problema é outro. A verdade é que Israel não tem qualquer intenção de reconhecer os direitos do povo palestino, nem pretende uma solução da situação criada pela sua invasão do Líbano que não assegure a defesa dos seus interes-

ses expansionistas e hegemónicos na região.

Para a administração norte-americana, cuja intransigência fica bem patente na resposta dada ao presidente da OLP, pouco interessam as aspirações dos povos; em primeiro lugar estão sempre os seus «interesses vitais», que muito beneficiariam com o domínio do rico e estratégico Médio Oriente.

Compreende-se assim que o documento assinado por Yasser Arafat tenha abalado Tel-Aviv e Washington. Israel, que nunca reconheceu nenhuma das resoluções da ONU, está agora politicamente numa precária situação. Aos olhos de todo o mundo, como justificar o genocídio de Beirute que Begin se propunha para liquidar a OLP?

E como poderão os Estados Unidos deixar de reconhecer a OLP como representante do povo palestino — como já o fizeram mais Estados do que os que reconhecem Israel — uma vez satisfeita a condição que tem sido apontada como indispensável para o estabelecimento do diálogo?

Os próximos dias poderão ser decisivos para a resolução do problema palestino, para a paz no Médio Oriente. E se alguma conclusão se pode tirar desde já da agressão de Israel é que ela se saiu por uma enorme derrota política e moral do governo sionista, por um isolamento cada vez maior dos seus defensores na arena internacional.

## Uma vez mais a unidade

A firmeza que os palestinos têm manifestado nas trágicas circunstâncias em que se encontram, bem como os progressistas libaneses que os apoiam, desportou como é natural a admiração e o respeito dos povos de todo o mundo. Como

afirmou a propósito o dirigente soviético Leonid Brejnev, em entrevista concedida ao «Pravda» na semana passada, tal firmeza demonstra que os palestinos defendem uma causa viva de um povo vivo e que a sua determinação não será abalada.

A posição da União Soviética face aos acontecimentos do Líbano é clara: o fogo da guerra deve ser apagado, a agressão deve cessar e as tropas israelitas devem abandonar o Líbano.

Para que estes objectivos sejam alcançados o dirigente soviético considera da máxima urgência que Israel e os Estados Unidos cumpram a resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a cessação da agressão contra o Estado libanês e a retirada imediata e condicional das tropas de Begin.

Como já vários outros países afirmaram, seria lógico aproveitar para tal as forças da ONU, tanto mais que contingentes da força provisória das Nações Unidas se encontram no Líbano de acordo com a resolução do Conselho de Segurança. Naturalmente que a URSS se continua a pronunciar contra a instalação de tropas americanas em solo libanês.

Na sua entrevista Leonid Brejnev salienta ainda a importância da coesão das forças que fazem frente à aventura militar de Israel. Quanto maior for o círculo de Estados que exigem por cobro à agressão, afirma, tanto mais rapidamente e com maior segurança ela será freada.

É neste contexto que a unidade dos árabes se reveste de importância determinante. Para a União Soviética, tudo o que impede esta unidade deve ser posto de lado nesta hora crítica, sendo necessário que os árabes, todos juntos, defi-

nam as medidas a tomar para garantir o direito dos palestinos à vida, segurança, desenvolvimento independente e criação do Estado próprio.

Tal como afirma o dirigente soviético, os acontecimentos no Líbano impõem que se pergunte se não terá chegado a altura de abordar a sério e com toda a responsabilidade o problema da regularização justa e definitiva da situação no Médio Oriente.

Que a via armada, os conflitos militares, as acções agressivas não são o caminho para o conseguir prova-o a experiência de décadas de lutas no Médio Oriente, que não resolveram os problemas de tão maritizada região.

Que fazer, então? A proposta da URSS de realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente pode ser a resposta a tal questão.

Segundo Leonid Brejnev, os problemas do Médio Oriente só podem ser resolvidos através dos esforços colectivos de todas as partes interessadas, incluindo a OLP, único representante legítimo do povo palestino. Esta perspectiva determina precisamente a importância da nossa proposta de convocar uma conferência internacional sobre este problema. E sobre antes, melhor. A União Soviética está disposta a dar um contributo prático neste sentido, cooperando lealmente com todos que aspirem contribuir para o estabelecimento de uma paz firme no Médio Oriente.

Com a apresentação desta proposta e a aceitação pela OLP das decisões da ONU dificilmente os Estados Unidos e Israel poderão falar agora de impasse nas negociações. Novos dados foram lançados na mesa. Quem tem medo de pegar no jogo?



هذا طريقتي في الكفاح  
فيا أخي اتمم كفاحي

As palavras de um cartaz do Movimento de Libertação da Palestina: «Esta é a minha maneira de combater. E, meu irmão, saberei defender-te».

## Juristas condenam Israel

A Associação Internacional dos Juristas Democratas (AIJD), reunida recentemente em Bruxelas, considerou a invasão do Líbano por Israel como uma «agressão» à luz das resoluções da ONU e do Estatuto do Tribunal Militar de Nuremberga, que serviu de fundamento jurídico para a condenação dos criminosos nazis após a II Guerra Mundial.

No seu relatório, a AIJD rejeita a argumentação de Israel de que a sua acção seria ditada pelo princípio de «legítima defesa», dado que para tal seria necessário que Israel tivesse sido alvo de ataques libaneses, o que não sucedeu. Por outro lado, as alegações israelitas de que a invasão seria motivada por ataques palestinos a partir do Líbano não colhe, porquanto eles foram a resposta às incessantes violações do direito internacional por Israel.

Segundo a AIJD, são as acções da OLP que podem ser equiparadas ao exercício do direito de «legítima defesa», segundo a decisão da Assembleia Geral da ONU de 17 de Dezembro passado. Esta não só concedeu o estatuto de prisioneiro de guerra aos lutadores pela liberdade, como reconheceu o direito à luta contra a ocupação estrangeira e pela autodeterminação, confirmando a legalidade da luta de libertação nacional, consagrada pela Carta da ONU.

Israel, por seu turno, é condenado pela AIJD por violar as leis internacionais referentes aos métodos de manutenção de guerra e à situação daqueles que passam para o poder do inimigo durante o conflito: bombardeamento da população indefesa, ataques a cidadãos não protegidos, suspensão do abastecimento de produtos alimentares, água e electricidade, utilização de armas proibidas (bombas de fósforo e de fragmentação), destruição de hospitais e tratamento brutal de presos palestinos e cidadãos pacíficos.

Segundo a AIJD, os Estados Unidos são considerados responsáveis pelas acções do agressor, uma vez que lhe prestam amplo auxílio material e diplomático numa acção a todos os títulos injusta.

## O gasoduto e a política de Reagan

### • O anticomunismo norte-americano defronta a oposição dos seus próprios aliados

Da França, da RFA, do Japão, do próprio governo conservador da Grã-Bretanha, vêm os mais veementes protestos contra a posição dos Estados Unidos no que respeita à construção de um gasoduto que, a partir de 1984, e através de cerca de 5000 km, deverá trazer dos jazigos da península de Iamal, na União Soviética, até à Europa, 40 biliões de metros cúbicos de gás por ano.

Os protestos são acompanhados de medidas práticas. Nenhum país da Europa capitalista se dispôs a pôr em causa o acordo assinado com a União Soviética em 20 de Novembro de 1981. O governo conservador de Londres, hoje mais do que nunca enfileirado com as posições de Washington, reagiu, invocando até a possibilidade de aplicação de uma legislação nacional, a «Lei de protecção ao Comércio», que dá suporte legal à recusa do embargo de materiais para o gasoduto, que Washington quer impor. Ainda há pouco chegou à União Soviética um carregamento de condutas para o gasoduto, proveniente da RFA. Ignorando igualmente as sanções norte-americanas, o maior banco da República Federal Alemã, acordou formalmente, em meados deste mês, a concessão de créditos à URSS para a construção do gasoduto.

Nos próprios Estados Unidos se registou oposição à decisão governamental. A Câmara de Comércio norte-americana, a maior organização do capital nos Estados Unidos, que representa 250 mil empresas, Associações de Comércio e Câmaras de Comércio locais, criticou as sanções económicas impostas por Reagan para impedir a construção do gasoduto que deverá ligar a Sibéria à Europa Ocidental.

Entre os protestos que se somam, a realidade do gasoduto impõe-se. Apesar de todos os embargos e das dificuldades que acarreta, o gasoduto não só irá avante, como tudo estará em ordem

nos prazos previstos, conforme garante a União Soviética.

### Não à guerra económica não ao diktat de Washington

Duas tónicas se destacam nas múltiplas declarações de membros dos governos da Europa capitalista. Duas



tónicas que podem ser ilustradas com as afirmações feitas por Claude Cheysson, ministro francês das Relações Exteriores e Otto Lambsdorff, ministro da Economia da RFA.

Disse o primeiro que a Europa capitalista «não aceita a ideia de uma guerra económica com a União Soviética».

Destacou o segundo que «a aplicação das leis norte-americanas fora do território dos EUA é absolutamente inaceitável». Dificilmente se pode encontrar uma mais clara expressão da falência — do carácter inadequado às realidades actuais — de uma política.

Relembremos alguns factos de uma política...

lítica de guerra-fria — e a guerra económica é uma expressão dessa política — os Estados Unidos têm vindo a seguir uma orientação de corte de relações com o mundo socialista. A batalha contra o projecto do gasoduto é uma expressão concreta dessa orientação.

Os argumentos invocados (passando mesmo pela Polónia, como é invariável), não foram escutados como Washington pretendia. Re-

pretensões de domínio universal. Mesmo à custa dos seus aliados. Mesmo contra os seus aliados.

Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros de França afirma que os EUA «parecem totalmente indiferentes aos nossos problemas» (e trata-se não só dos problemas de França, mas também muito concretamente dos problemas do capital neste país), que razões não terão para afirmar isso os povos do terceiro-mundo?!

### A falência de uma política

A verdade é que nenhuma das armas a que Washington recorreu deu os resultados pretendidos. Porquê? A única resposta possível é que a política seguida pela Casa Branca é irrealista, ou seja, inadequada à realidade dos nossos dias.

Os governos de países como a RFA, a França (que embora com um governo de esquerda é um país capitalista), a Grã-Bretanha, não se opõem à política dos Estados Unidos por razões de pouco peso, tanto mais que essa oposição não pode deixar de ter os seus reflexos também no seio de organizações como a CEE e a NATO.

A construção do gasoduto representa encomendas na RFA de aproximadamente 4,5 biliões de dólares; na França, 3,5 biliões; na Itália e Holanda um bilião; Bélgica, 800 milhões; Japão, 600 milhões.

O que é que tais somas significam?

Significam, por exemplo, que segundo os cálculos do Congresso norte-americano as companhias norte-americanas perderam, com as sanções de Reagan, 850 milhões de dólares apenas nos últimos seis meses.

Significam, para a França, o equivalente a 12 000 postos de trabalho a tempo inteiro durante um ano. Ou que a firma britânica John Brown lançaria no desemprego mil e setecentos trabalhadores.

Embargo americano, de acordo com a decisão de Reagan de Junho, custaria 3000 milhões de dólares e milhares de empregos a sete filiais europeias dos Estados Unidos e treze sociedades que trabalham sob licença americana.

A questão está aqui. Contrariamente ao que os teóricos do imperialismo andam a afirmar, uma política de desanuviamento e coexistência pacífica — de que a construção do gasoduto é uma exemplo no plano económico — não beneficia só os países socialistas. Beneficia os trabalhadores nos países capitalistas, ao atenuar (sem resolver, naturalmente) problemas tão graves como o do desemprego e pelos reflexos que tem a nível de democracia política. Dá igualmente lucro ao capital, tratando-se, como se trata, de uma política baseada no interesse mútuo — mas não «apaga» a luta de classes.

### Quem perde? Quem ganha?

A longo prazo é evidentemente o capital, o capitalismo como sistema, que perde. Para já, e voltando mais concretamente à questão da construção do gasoduto, os únicos sectores a perder com a concretização de tal projecto, são os círculos político-militares que são a base do actual governo norte-americano e os magnates americanos do petróleo e do carvão que, conjuntamente, apostaram na liquidação do projecto do gasoduto.

Concretização com que todos os demais ganharão. E que muito objectivamente constitui uma vitória, não só da política soviética, mas da sua capacidade económica e tecnológica. Face ao boicote tecnológico dos EUA, a economia soviética, a ciência soviética, soberaram responder ao desafio. Uma prova mais das vantagens do socialismo no domínio decisivo da revolução técnico-científica.



## Marcha da Paz — 82 de Estocolmo a Minsk

A Marcha da Paz-82, partiu de Estocolmo no dia 13 de Julho, passando depois por Helsínquia, para entrar na União Soviética dia 17. Dez dias através da URSS, um percurso que liga Kailine, Moscovo, Smolensk, para terminar em Minsk. Uma iniciativa comum do movimento de mulheres pela Paz da Dinamarca, Suécia, Finlândia e União Soviética. Cerca de 350 pessoas participando numa iniciativa que — sob esta forma — pela primeira vez une o crescente movimento pela paz na Europa capitalista, com o imenso movimento de massas pela paz nos países socialistas. Imenso e deliberadamente ignorado nos países capitalistas.

Alguns factos há a assinalar nesta marcha.

Um primeiro — ter sido utilizada por certos órgãos de «informação», contra os objectivos dos seus promotores e a evidência da sua realização, para uma vez mais adular a realidade soviética.

De tal «informação» seríamos mesmo levados a concluir que o povo soviético — depois de ter sofrido vinte milhões de mortos na Grande Guerra — não demonstra qualquer interesse na luta pela paz. Isso seria assunto da estrita responsabilidade do governo... (a comunhão de interesses entre trabalha-

dores e o seu próprio governo é demais para o entendimento de tais «analistas») ou de grupúsculos anti-socialistas. As massas estariam arredadas dessa questão central do nosso tempo.

Arredadas e incomunicáveis. Isto apesar da opinião oposta de promotores e participantes da Marcha. Por exemplo, a sueca Zigrun Petterson, analisando a forma como a marcha decorria em território soviético, salientou exactamente a inteira liberdade para se encontrar com qualquer pessoa na União Soviética, para além dos representantes das organizações da paz. O que, para ela, vítima da «informação» burguesa, foi uma surpresa...

Um outro facto. A Marcha contou com todo o apoio necessário, aos vários níveis, na União Soviética. Contou também com a mais ampla cobertura da TV, Rádio e Imprensa. O que não se pode dizer que seja a regra na Europa capitalista.

De assinalar ainda que também neste fim do mês de Julho se inicia em Moscovo uma outra marcha da paz, que passa pela Hungria e a Checoslováquia, para terminar em Viena, onde este ano pessoas de toda a Europa, capitalista e socialista, se juntam num festival comemorativo da trágica data de 6 de Agosto, quando Hiroshi-

ma sofreu o primeiro ataque nuclear da História da Humanidade. Por iniciativa dos mesmos que hoje são responsáveis da corrida aos armamentos.

### O Movimento da Paz na URSS

O Movimento da Paz na União Soviética é o mais amplo movimento social do país. Foi constituído há já várias décadas, na Primeira Conferência Nacional dos Campeões da Paz, realizada em 1949, em que foi organizado o Comité Soviético da Paz (CSP).

É uma organização não governamental, sendo as suas actividades financiadas pelo Fundo da Paz Soviético, organização destinada a recolher fundos pela paz, em cuja actividade participam cerca de 5 milhões de pessoas.

Vale a pena referir alguns exemplos do que é a actividade deste comité, que simultaneamente constitui exemplo do carácter de massas da luta pela paz na URSS.

Uma acção de massas que constitui uma outra faceta da política global da União Soviética, e que a nível de governo se exprime na persistente defesa da paz, nas propostas sistemáticas visando o desarmamento (mais de 130 desde o fim da guerra)